

PORTE PAGO  
DTR/PR  
ISR - 48 - 420/87

# Análise Conjuntural

ISSN 0102-0374

**IPARDES**

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

Impresso

# Análise Conjuntural

ISSN 0102-0374

**IPARDES**  
Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social  
Curitiba, v.27, n.7-8, p.1-40, julho/agosto 2005

## GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

ROBERTO REQUIÃO - Governador

## SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

REINHOLD STEPHANES - Secretário

## IPARDES

JOSÉ MORAES NETO

*Diretor-Presidente*

NEI CELSO FATUCH

*Diretor Administrativo-Financeiro*

MARIA LÚCIA DE PAULA URBAN

*Diretora do Centro de Pesquisa*

SACHIKO ARAKI LIRA

*Diretora do Centro Estadual de Estatística*

THAÍS KORNIN

*Diretora do Centro de Treinamento para o Desenvolvimento*

## ANÁLISE CONJUNTURAL

GILMAR MENDES LOURENÇO (*editor*)

JULIO TAKESHI SUZUKI JÚNIOR (*editor assistente*)

## Equipe

ALAN IANKE DOS SANTOS

LEONARDO MARCON WEBER

SHELBERT BRAZ

(*Acadêmicos de Ciências Econômicas, estagiários*)

## EDITORAÇÃO

MARIA LAURA ZOCOLOTTI (*supervisão editorial*)

ESTELITA SANDRA DE MATIAS (*revisão*)

LUIZA DE FÁTIMA P. MENDES LOURENÇO

(*normalização bibliográfica*)

ANA BATISTA MARTINS

ANA RITA BARZICK NOGUEIRA

(*editoração eletrônica*)

## IPARDES

Instituto Paranaense de Desenvolvimento  
Econômico e Social

Rua Máximo João Kopp, 274 - Bloco 2

CEP 82630-900 - Santa Cândida - Curitiba - Paraná

TEL.: (41) 3351-6335 - FAX (41) 3351-6347

INTERNET: <http://www.ipardes.gov.br>

E-MAIL: [ipardes@ipardes.gov.br](mailto:ipardes@ipardes.gov.br)

*Permitida a reprodução total ou parcial desta  
publicação, desde que citada a fonte.*

## SUMÁRIO

O PIB sem mensalão <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	2
Os efeitos limitados da política fiscal <i>Julio Takeshi Suzuki Júnior</i>	3
Limitações da proposta de déficit nominal zero <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	5
Crise política e blindagem econômica <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	9
O fim dos C-Bonds: uma boa notícia <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	12
A evolução do crédito no período 2000-2004 <i>Shelbert Braz</i>	13
Setor sucroalcooleiro: conjuntura e perspectiva <i>Alan Ianke dos Santos</i>	15
Indústria do Paraná: desempenho no primeiro semestre de 2005 <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	18
Paraná – Destaques Econômicos <i>Julio Takeshi Suzuki Júnior, Alan Ianke dos Santos, Leonardo Marcon Weber e Shelbert Braz</i>	20
Economia Paranaense Indicadores Selecionados	23

# O PIB sem mensalão

Gilmar Mendes Lourenço\*

O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro cresceu 3,4% no primeiro semestre de 2005, puxado pela Indústria (4,4%), com destaque para a área de mineração (10,6%). Nos setores primário e terciário, a variação foi de 2,9% e 2,4%, respectivamente, de acordo com levantamentos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Apesar da recuperação registrada no segundo trimestre do corrente ano (1,4% e 3,9%, frente aos três meses anteriores e ao segundo trimestre de 2004, respectivamente), o quadro prevalecente é de desaceleração – quando comparado com o ritmo de incremento próximo a 5,0% verificado durante o ano passado –, por conta dos efeitos restritivos da política econômica praticada desde 1999.

Frise-se que, desde 2003, a orientação macroeconômica está ancorada na compra de confiança, por parte da nova administração do País, junto aos mercados, e materializada na transferência de renda dos agentes produtivos privados (consumidores e empresas não-financeiras) para o setor público, por meio da enorme carga de impostos, destinada primordialmente ao pagamento dos encargos dos passivos do governo, multiplicados pela manutenção das maiores taxas de juros reais do planeta.

Tanto é assim que o carro-chefe do crescimento permaneceu sendo o setor externo, com as exportações registrando incremento de 13,3% e as importações registrando incremento de 12,5%, nos primeiros seis meses de 2005. Paradoxalmente, as vendas externas continuam resistindo à valorização do real, em razão da forte expansão da demanda, liderada pela China e pelos EUA, o que impulsionou os preços das *commodities* comercializadas pelo Brasil, sobretudo o minério de ferro, o aço e as carnes.

Em paralelo, o câmbio baixo vem favorecendo o aumento das importações, especialmente das empresas interessadas na modernização das linhas de produção, por meio da compra de equipamentos provenientes do exterior, ou mesmo na aquisição de ativo fixo e matérias-primas a prazo, contratada a juros, carência e tempo de amortização internacionais.

No entanto, no *front* interno a estratégia de austeridade monetária e fiscal vem sendo diretamente responsável pela modesta expansão do setor de serviços (2,4%), do consumo das famílias (3,1%), do investimento (3,1%), da construção civil (2,3%) e do consumo do governo (2,1%).

Em outras palavras, a moderada reativação dos níveis de emprego e de salários reais e os pronunciados *spreads* cobrados pelas instituições financeiras nas operações a prazo neutralizaram as chances de reação mais encorpada do consumo – exceto quanto ao aumento da oferta do crédito consignado em folha de pagamento – e afetaram negativamente os projetos de investimentos privados, já comprometidos pelos juros e tributos.

Na mesma linha, a contenção nos dispêndios públicos, chegando ao ponto de não cumprimento de diversas determinações orçamentárias, inviabilizou qualquer iniciativa anticíclica do governo e contribuiu para o agravamento dos gargalos estruturais ao crescimento sustentado, especificamente nos itens de infra-estrutura econômica, e a deterioração dos indicadores sociais.

Aliás, a recusa do governo em exercer o papel de protagonista nas inversões em capital social básico tem interferido sobremaneira no desempenho da construção civil, já enfraquecido pela ausência de mecanismos de financiamento de longo prazo e/ou pela diminuição dos recursos disponíveis, particularmente aqueles provenientes do Fundo de

Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e das cadernetas de poupança, diretamente atrelados ao ciclo econômico.

Os resultados do PIB do primeiro semestre não captaram os efeitos da instabilidade política sobre as atividades econômicas. Porém, considerando o arrefecimento das decisões de consumo e de investimento associado às incertezas provocadas pelas investigações realizadas pelas CPIs dos bingos, dos correios e do mensalão, os prováveis efeitos negativos da apreciação do real sobre os contratos de exportações, e a relutância do Banco Central em reduzir a taxa básica de juros, parece razoável admitir o delineamento de um menor nível de produção e de negócios no Brasil até o final do ano e, conseqüentemente, um Natal mais magro que o de 2004, bem como uma velocidade de expansão inferior à média mundial e à das nações emergentes, estimada em 4,0% e 7,0%, respectivamente, pelo Fundo Monetário Internacional.

*A moderada reativação do emprego e dos salários reais e os elevados spreads minaram as chances de reação mais encorpada do consumo e dos investimentos*

\*Economista, Coordenador do Núcleo de Análise de Conjuntura do IPARDES, Coordenador do Curso de Ciências Econômicas da FAE Business School, Mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina, autor do livro *Economia brasileira: da construção da indústria à inserção na globalização* (Sindeccon-PR, 2005).

# Os efeitos limitados da política fiscal

Julio Takeshi Suzuki Júnior\*

Nos últimos meses, o debate econômico tem se concentrado na proposta do deputado Delfim Netto de eliminar o déficit nominal do setor público em um prazo de quatro anos. Com essa medida, segundo o parlamentar, seriam criadas condições para uma razoável queda da taxa de juros e da relação dívida/PIB, instaurando um ambiente mais favorável ao crescimento da economia.

Tecnicamente, é certo que a cobertura integral das despesas primárias e financeiras pelas receitas do setor público pode reduzir o endividamento do Estado brasileiro, desde que não haja influência significativa por parte de fatores expansionistas extraordinários, como, por exemplo, o reconhecimento de passivos contingentes, frequentemente chamados de “esqueletos”. Além de possibilitar o declínio da dívida como proporção do PIB, consequência direta da estabilização do montante de títulos, a eliminação do déficit no resultado nominal pode contribuir para a diminuição das taxas de remuneração dos papéis públicos, assim como para uma mudança progressiva nos indexadores e nos prazos do passivo mobiliário, aproveitando o menor poder de pressão das instituições bancárias em um contexto de limitação da oferta de notas e letras financeiras do governo.

Complementarmente, não há dúvida de que a redução das emissões de títulos, que passariam a atender exclusivamente à rolagem do principal da dívida, constitui uma medida adicional para a queda dos juros praticados nas operações de crédito, dado o aumento de liquidez decorrente das menores aplicações dos bancos em papéis do setor público.

O problema está no fato de que o aprofundamento da austeridade fiscal não garante, por si só, o declínio continuado dos juros reais, sendo ineficiente diante da permanência dos principais determinantes da ascensão da taxa básica de juros. De forma mais precisa, o elevado nível da taxa Selic reflete sobremaneira a atual concepção do regime de metas de inflação, que não incorpora mecanismos de neutralização das variações dos preços dos produtos comercializáveis (*tradeables*) e bens e serviços administrados, exigindo alto patamar de juros para a convergência do índice de referência (IPCA cheio) para os limites estabelecidos pelo Banco Central.

Desde a implantação do regime de metas (em junho de 1999), o IPCA acumulou variação de 63,6%, com significativa influência dos preços monitorados, que avançaram 109,1% no período, muito acima dos 50,6% relativos à evolução dos preços livres. Quanto aos

*tradeables*, foi registrada elevação da ordem de 58,9%, superando o percentual de 41,3% referente à variação dos preços dos bens não comercializáveis.

Em uma avaliação conjuntural, constata-se que os preços monitorados subiram 3,4% nos cinco primeiros meses de 2005, respondendo por quase um terço (cerca de 1 p.p.) da variação de 3,2% do IPCA geral. Nesse intervalo, houve forte pressão por parte das tarifas de energia elétrica, ônibus urbano e água e esgoto, que registraram aumentos de 5,6%, 8,1% e 7,0%, respectivamente.

Portanto, ao manter um índice de referência extremamente suscetível aos movimentos do mercado internacional, às oscilações do câmbio e à inércia inflacionária da indexação dos contratos (principais condicionantes dos preços dos bens comercializáveis e administrados), a autoridade monetária está restringindo as possibilidades de queda da taxa de juros, penalizando segmentos econômicos que não são responsáveis pelos saltos da inflação, como as pequenas e médias empresas voltadas ao atendimento do consumo doméstico.

Somente a título de exemplo, haveria considerável espaço para a flexibilização da política monetária com a adoção do núcleo do IPCA como referencial do regime de metas. Essa medida possibilitaria reduções mais rápidas dos juros em fases de razoável estabilidade dos preços da economia, como no ano de 2000, exigindo ações menos restritivas em momentos de volatilidade do câmbio e pressão inflacionária, como no período que antecedeu a eleição presidencial de 2002 (tabela 1).

Ademais, deve-se considerar que as taxas de juros também são determinadas pela necessidade de atração de capitais externos, o que reforça o argumento de que a intensificação do aperto fiscal não é eficaz como medida isolada para a diminuição do custo do crédito, condição que propiciaria a aceleração da atividade econômica. Nessa questão, é inegável que a conjugação de um novo esforço fiscal com os altos juros limitará ainda mais a função anticíclica do gasto governamental e assegurará a continuidade da inexpressiva contribuição do setor público para a elevação da renda nacional.

\*Administrador, técnico da equipe permanente desta publicação.

Segundo dados das Contas Nacionais do IBGE, o consumo da administração pública cresceu a uma taxa média de apenas 1,4% ao ano no período 1994-2004, muito abaixo das variações concernentes aos demais componentes da demanda. No caso específico da formação bruta de capital fixo, verifica-se que a participação relativa do setor público caiu de 17,4% em 1994 para 9,5% em 2003, evidenciando a deterioração da capacidade de investimento dos governos.

Diante disso, fica claro que a melhoria do ambiente macroeconômico depende principalmente da flexibilização do atual modelo de gestão monetária e do conseqüente declínio dos dispêndios com os juros, o que ampliaria a margem de manobra da política fiscal, permitindo a conciliação do equilíbrio das contas governamentais com a recuperação gradual do investimento público.

Para se ter uma idéia do peso dos juros, foram gastos R\$ 88,4 bilhões com o pagamento dos encargos

financeiros da dívida pública nos sete primeiros meses deste ano, o que equivaleu a 8,1% do PIB (tabela 2). Mesmo com o superávit recorde de R\$ 68,5 milhões no resultado primário (6,3% do PIB), haveria a necessidade de uma economia adicional de US\$ 19,9 bilhões para a eliminação do déficit no âmbito nominal, exigindo obrigatoriamente mudanças de ordem constitucional, como a ampliação da desvinculação das receitas orçamentárias.

É importante lembrar que neste ano os resultados das finanças públicas são melhores que os verificados alguns anos atrás, em virtude da apreciação cambial propiciada principalmente pelos saldos positivos da balança comercial. Com a adoção do déficit zero, a contenção de despesas em períodos de turbulências externas e desvalorizações do câmbio seria praticamente inviável, devido ao pesado ônus que seria imposto à sociedade brasileira.

TABELA 1 - METAS DE INFLAÇÃO, IPCA E TAXAS SELIC - 1999-2004

ANO	META DE INFLAÇÃO (%)		IPCA - GERAL (%)	IPCA - NÚCLEO (%) <sup>(1)</sup>	TAXA SELIC (%) <sup>(2)</sup>	
	Piso	Teto			Mínima	Máxima
1999	6,0	10,0	8,9	5,6	19,00	45,00
2000	4,0	8,0	6,0	4,2	15,75	19,00
2001	2,0	6,0	7,7	5,5	15,25	19,00
2002	1,5	5,5	12,5	8,3	18,00	25,00
2003	8,5	8,5	9,3	8,2	16,50	26,50
2004	3,0	8,0	7,6	7,9	16,00	17,75

FONTES: BCB, IBGE

(1) Núcleo por exclusão. Neste índice, são retirados os preços administrados por contrato e o subgrupo alimentação no domicílio.

(2) Em cada ano, taxas mínima e máxima, definidas pelo Copom.

TABELA 2 - NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO - 1999-2005

ANO	PROPORÇÃO DO PIB (%)		
	Resultado Primário	Juros Nominais	Resultado Nominal
1999	-3,3	13,8	10,5
2000	-3,5	7,9	4,4
2001	-3,7	8,9	5,2
2002	-4,0	14,3	10,2
2003	-4,3	7,9	3,6
2004	-4,6	7,1	2,5
2005 <sup>(1)</sup>	-6,3	8,1	1,8

FONTE: BCB

NOTA: (-) superávit (+) déficit.

(1) Até o mês de julho.

# Limitações da proposta de déficit nominal zero

*Gilmar Mendes Lourenço\**

O economista e deputado federal Antônio Delfim Neto lançou, recentemente, uma proposta de zeragem do déficit nominal das finanças do setor público em um período de seis anos, como condição necessária à estabilização e declínio da dívida líquida como proporção do Produto Interno Bruto (PIB) – que atingiu 61,7% do PIB em setembro de 2002, ápice do *tsunami* cambial/eleitoral, e atualmente encontra-se em 51,0% do PIB –, à redução estrutural das taxas de juros e da carga tributária e à recuperação da capacidade de financiamento e crescimento do sistema econômico.

Com isso, estariam sendo asseguradas as condições para o encerramento de um círculo vicioso de ajustamento macroeconômico de mais de uma década e que teria custado o pagamento dos juros reais mais elevados do planeta – ultrapassando em larga medida os patamares de equilíbrio, equivalente às taxas de retorno dos projetos produtivos – exigidos pelos credores nacionais e internacionais para a minimização dos riscos de insolvência da dívida pública, conseguida por elevações da carga tributária, que saltou de 28,0% do PIB, em 1995, para quase 40,0% do PIB em 2004, e/ou emissão de títulos.

Parece certo que Delfim estaria emprestando sua experiência, prestígio, credibilidade e méritos à radicalização de uma bandeira levantada, de maneira indireta, por algumas entidades representativas do meio empresarial, como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), e pelo próprio Ministério da Fazenda, enfatizando a necessidade de troca paulatina da âncora monetária (juros altos) de combate à inflação pelo aprofundamento da âncora fiscal, ou mais precisamente pela compressão adicional dos gastos públicos em uma faixa entre 1,5% e 2,0% do PIB a partir de 2006.

Ressalte-se que a proposição foi avalizada pelo Prêmio Nobel de Economia de 1976, Milton Friedman, para quem o déficit zero seria opção para a derrubada dos juros sem comprometimento do controle da inflação. Para ele, “se o déficit nominal for realmente igual a zero, o Banco Central não precisará imprimir dinheiro”.<sup>1</sup> Esqueceu o guru dos monetaristas que o déficit pode ser coberto com financiamento e não com emissão de moeda.

Essencialmente, a concretização da tese de Delfim exigiria um Projeto de Emenda Constitucional (PEC), incorporando as metas fiscais nas disposições transitórias

e assegurando ao Executivo ampla autonomia para a promoção de um “choque de gestão”, no sentido da redução do peso da dívida para um percentual entre 30,0% e 35,0% do PIB, em um horizonte temporal de seis anos, e a melhoria da eficiência da máquina pública.

Do ponto de vista operacional, a ênfase deveria recair sobre o rigoroso controle dos dispêndios de custeio, em lugar da elevação de impostos e do corte de investimentos, centrado na diminuição gradativa das vinculações orçamentárias (de 20,0% para 40,0% das receitas da União) e no congelamento real das despesas federais.

Segundo a interpretação do autor da proposta, tais iniciativas abririam flancos para o declínio dos juros reais, a troca de dívida pós-fixada por prefixada e o alongamento dos seus prazos de vencimento, a redução das pressões por financiamento por parte do governo, a desvalorização cambial e a maior transparência da política monetária.

Atualmente, a dívida pública interna possui um perfil temporal médio inferior a um ano, sendo 55,0% indexada à taxa Selic, custando juros equivalentes a 7,0% do PIB, aproximadamente R\$ 125,0 bilhões, sendo R\$ 80,0 bilhões cobertos pelo superávit primário em 2004.

Inclusive, os juros altos, a ampliação da oferta de crédito e a discrepância representada pela maior remuneração das aplicações financeiras de curto prazo explicam os polpidos lucros dos bancos no primeiro semestre de 2005, constituindo o melhor desempenho da história do setor bancário do País.

De um lado, a proposição do deputado reproduz a intensificação da atual política econômica, ao preconizar, matematicamente, que o superávit primário deverá igualar-se à conta do serviço da dívida pública, como se o País fosse uma grande companhia que estaria impedida de financiar novos investimentos com recursos de terceiros, atingindo a combatida rede de proteção social do País.

*\*Economista, Coordenador do Núcleo de Análise de Conjuntura do IPARDES, Coordenador do Curso de Ciências Econômicas da FAE Business School, Mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina, autor do livro Economia brasileira: da construção da indústria à inserção na globalização (Sindeccon-PR, 2005).*

*A proposta de déficit nominal zero  
reproduz a intensificação da atual  
política econômica, ao preconizar  
que o superávit primário deverá igualar-se  
à conta do serviço da dívida pública*

De outro, ignora, aparentemente, os sinais de exaustão do receituário de manutenção do estoque e fluxo da dívida pública e dos juros reais em patamares elevados e a premência de identificação de alternativas para a solução dos problemas derivados, resumidos na sobrevalorização da taxa de câmbio e no rebaixamento do potencial de crescimento econômico do País e da capacidade de diminuição dos latentes déficits social e infra-estrutural, acumulados pela insuficiência de investimentos pretéritos.

Antes de proceder a uma avaliação, ainda que preliminar, dos pontos principais da sugestão encampada por Delfim, seria interessante discorrer brevemente sobre a trajetória econômica do autor, que, a despeito do apreciável currículo e da enorme capacidade profissional, à primeira vista, nunca teria esboçado preocupações relevantes com o equilíbrio fiscal ou a consistência macroeconômica. Tal tarefa revela-se de importância crucial, na medida em que o êxito de um programa de extermínio do déficit público dependerá, em última instância, da credibilidade intertemporal da política econômica.

Sendo detentor de uma envergadura técnica invejável, com doutoramento e cátedra, no começo da segunda metade dos anos 1960, Delfim trabalhou com Laudo Natel na Associação Comercial de São Paulo, lecionou economia na Universidade de São Paulo (USP), foi secretário da Fazenda daquele estado, na Gestão Carvalho Pinto, e assessorou a dupla Campões e Bulhões na área econômica do governo militar do Marechal Castelo Branco.

Delfim foi ministro da Fazenda durante o governo Costa Silva/Junta Militar e Médici, entre 1967 e 1973, tendo apoiado e participado ativamente de um conjunto de decisões e práticas autoritárias assumidas por aquelas administrações. Nessa época, o Brasil experimentou o gosto do “Milagre Econômico”, caracterizado por taxas de expansão do PIB superiores a 12,0% ao ano, jamais alcançadas pelo País e superiores à de qualquer outra nação capitalista em idêntico intervalo, sustentadas pela enorme expansão do comércio, da liquidez e do crédito internacional e pela impulsão da capacidade de endividamento primário da população.

O Milagre foi viabilizado em um contexto de pronunciado autoritarismo político e começou a desaparecer em fins de 1972, com os sintomas de quebradeiras de empresas financiadoras do crédito direto ao consumidor, sendo sepultado pelo primeiro choque do petróleo, deflagrado no mundo em setembro de 1973, com a decisão de quadruplicação dos preços do óleo pela Organização dos Países Produtores e Exportadores de Petróleo (Opep). Como se vê, não se tratava de Milagre, por não representar um efeito sem causa, na visão do próprio autor.

Sua herança foi a acentuação da concentração de renda no País. No final de 1973, mais de ¼ da massa trabalhadora brasileira recebia menos de dois salários mínimos, evidenciando que o ciclo de crescimento vivido tinha endereço certo: as multinacionais fabricantes de bens de consumos duráveis, hospedadas no Brasil durante o governo Juscelino Kubitschek e premidas do exercício de multiplicação de lucros no decorrer da crise econômica e política dos anos 1960, e a classe média, alicerces da estabilidade institucional.

O cidadão Delfim foi embaixador brasileiro em Paris, entre 1974 e 1978, enquanto o governo Geisel encerrava a construção da industrialização substitutiva de importações, implantando o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), priorizando investimentos em insumos básicos e em bens de capital, financiados pelos petrodólares capturados em bancos norte-americanos e europeus a juros flutuantes.

Delfim retornou ao poder durante o governo Figueiredo, em março de 1979, com a responsabilidade de reeditar o Milagre a partir da Agricultura, que seria a alavanca para a derrubada das pressões inflacionárias e a geração de empregos e de saldos comerciais, estes últimos destinados ao pagamento dos juros da dívida externa, contraída e/ou assumida pelo Estado ao longo da montagem da indústria voltada para o mercado interno.

Naquela época, o “Núcleo Forte” do governo, que ocupava as Pastas do Planejamento (Simonsen) e da Fazenda (Rischbieter), propunha a edição de uma estratégia ortodoxa para a contenção da inflação, o ajustamento do balanço de pagamentos e a garantia da solvência das contas externas do País. Os movimentos contrários, emitidos pelos Ministérios da Agricultura (Delfim) e do Interior (Mário Andreazza) e endossados por representantes empresariais, encurtaram os espaços de manobra da área econômica do executivo, levando aos pedidos de demissão de Simonsen e Rischbieter e à ascensão de Delfim ao Planejamento e de Ernane Galvêas na Fazenda, com o primeiro ficando conhecido como o czar da economia.

Nessas condições, a partir de agosto de 1979, o Brasil executou uma política econômica expansionista, amparada na continuidade de uma série de programas iniciados pelo governo anterior e na abertura de uma espécie de “caixa de bondades”, em cujo interior havia ingredientes como ampliação do crédito e do gasto público e instituição da semestralidade nos reajustes salariais, visando encurtar os prazos de devolução do poder aquisitivo aos trabalhadores, corroído por cenários de escalada da inflação.

Curiosamente, esse “arsenal do bem” foi empregado em um momento marcado por um ajuste recessivo empreendido pela economia mundial, em razão do segundo choque do petróleo, verificado em setembro de 1979, e da triplicação dos juros internacionais que provocou a eclosão da crise da dívida externa, sobretudo dos países do Terceiro Mundo.

A única providência tomada por Delfim para a adequação da economia do País ao ambiente externo contracionista foi uma maxidesvalorização de 30,0% da

taxa de câmbio, supondo a ocorrência de um efeito negativo sobre o volume de importações. Ao mesmo tempo, tentou sinalizar expectativas cadentes de inflação para 1980, por intermédio da prefixação da correção monetária e cambial em 40,0% e 45,0%, respectivamente (a inflação estava em 80,0% ao ano).

Em uma economia fechada e oligopolizada (poucas e grandes empresas dominavam a produção e a comercialização da maioria dos segmentos produtivos) como a brasileira, os agentes privados simplesmente ignoraram as indicações e intenções oficiais e permaneceram incorporando as elevações de custos (petróleo, juros e câmbio) aos preços finais.

Em sendo isso feito, na metade do ano de 1980 os índices de inflação superavam, em larga medida, os percentuais de reajustes fixados para aqueles dois preços-chaves (correção monetária e câmbio). Por conta disso, houve acentuada despoupança privada em favor da aquisição de bens de consumo duráveis e apreciável descontrole monetário, engendrando um curso de crescimento econômico desprovido de bases tangíveis, provocando forte incremento das importações, minando as chances de manutenção do fluxo de pagamento dos encargos da dívida externa e ensejando a paralisação do crédito bancário internacional privado na direção do País.

Diante desse quadro dramático, no final de 1980, Delfim foi impelido a mudar a fantasia: de gestor do Milagre virou administrador da crise. Para tanto, optou pelo fechamento da “caixa de bondades”, jogando a chave fora porque não precisaria mais dela por muito tempo, e abriu a “caixa de maldades”, ou aquilo que os economistas denominam de austeridade monetária e fiscal, cujas ferramentas básicas são aumento de juros, redução de liquidez, diminuição de gastos públicos, ampliação de impostos, desindexação salarial, etc.

Em paralelo, o governo decidiu multiplicar o estoque de incentivos fiscais e subsídios às exportações, dado que a orientação econômica tinha como único objetivo a produção de enormes e crescentes superávits na balança comercial para o pagamento dos juros da dívida externa brasileira. Na prática, seria buscada a produção de transferências líquidas de recursos reais ao resto do mundo, ou aos bancos comerciais internacionais, ao preço da maior recessão da história do País e de vultosas renúncias fiscais pró-exportação.

Como não houve qualquer esforço fiscal relevante para enxugamento do fluxo de moeda nacional resultante da conversão dos superávits comerciais, a esterilização dos saldos ocorria por intermédio da emissão de títulos públicos, intermediados pelos bancos. Tais operações colaboravam para a impulsão dos déficits do governo e a criação do perigoso circuito formado por endividamento externo, crise fiscal do Estado, especulação financeira, recessão e hiperinflação indexada.

Retomando a apreciação da proposta de Delfim, é oportuno considerar que desde janeiro de 1999 o Brasil vem praticando um novo arcabouço fiscal dirigido à permanente negação do perigo de moratória da dívida pública e à preservação da confiança dos mercados na orientação econômica. A coroação desse processo ocorreu

em 2004, quando condições externas excepcionalmente favoráveis colaboraram para a conjugação entre crescimento econômico e redução da vulnerabilidade externa do País em regime de austeridade monetária e fiscal.

No entanto, parece adequado reiterar que a eliminação do déficit nominal requeria a elevação do superávit primário (atualmente com meta de 4,25% do PIB) e, por extensão, o encurtamento da capacidade de realização de despesas públicas não financeiras em um panorama de estreitamento do leque de decisões para a promoção de novos cortes orçamentários. Isso porque, como os dispêndios obrigatórios (pessoal, encargos, previdência e compromissos de saldo primário) absorvem parte significativa da arrecadação, sobraria o alvo dos dispêndios discricionários (custeio e investimento).

---

*O nó górdio do déficit zero é representado pelos obstáculos políticos à aprovação da ampliação das desvinculações e da revisão da obrigatoriedade constitucional de parte das despesas com saúde e educação*

---

Considerando a não abdicação, por parte do governo, do propósito central de alcance das metas de inflação, e, por conseguinte, do poder de arbítrio do Banco Central sobre o tamanho dos gastos com juros, o nó górdio da proposta de déficit zero passa a ser representado pelos obstáculos políticos à aprovação da ampliação das desvinculações e da revisão da obrigatoriedade constitucional de parte das despesas com saúde e educação e das transferências às instâncias subnacionais, já penalizadas pela retenção de 20,0% por meio da Desvinculação das Receitas da União (DRU). Em outros termos, a proposta exigiria o pouco provável engajamento de estados e municípios.

No fundo, com a agudização das turbulências políticas, o programa defendido por Delfim poderia ser encarado como uma reação oficial voltada ao aprimoramento e/ou à revisão da blindagem econômica de combate à espiral inflacionária que, paradoxalmente, desde 1999, possui reduzidas ligações com a fragilidade fiscal e financeira do setor público e fortes laços com a volatilidade cambial, os choques de oferta, as oscilações nas cotações internacionais das *commodities* e a indexação tarifária.

A propósito das defesas econômicas diante dos percalços políticos, a presente não contaminação dos mercados, sobretudo do financeiro, pelos embaraços criados pelo andamento das investigações de denúncias de corrupção no governo, realizadas pelo Congresso Nacional e Polícia Federal, advém ainda dos indicadores de capacidade e de desejo de cobertura dos passivos do País em um panorama de estabilidade da economia internacional.

Mesmo assim, em meados de julho o banco de investimento norte-americano Merrill Lynch reduziu o espaço reservado aos papéis brasileiros em sua

carteira, ao diminuir a recomendação do nível “acima da média” para “média do mercado”.

Convém lembrar que as cotações das ações nas bolsas brasileiras caíram mais de 50,0% durante o processo de *impeachment* de Collor, o câmbio desvalorizou em mais de 60,0% no ciclo eleitoral de 2002, e o real experimentou depreciação e o risco-país subiu durante o episódio Waldomiro Diniz em 2004.

Outro aspecto curioso relacionado à crise e à eliminação do favoritismo do governo nas eleições de 2006 foi o enfraquecimento da ala progressista do executivo e o fortalecimento do grupo da Fazenda e do Banco Central e, por conseguinte, da política econômica conduzida desde o segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), perfeitamente compatível com os pleitos das elites do País, preponderantemente aquelas dos mercados financeiros.

Por tudo isso, o êxito da proposta de déficit zero estaria condicionado, na esfera institucional, à aprovação por três quintos dos componentes da Câmara dos Deputados e do Senado da República, em dois turnos de votação, pouco provável diante das complicações no clima político e, talvez, desnecessário se for atentado para o fato de que os trunfos para um novo arranjo fiscal podem ser manejados diretamente pelo governo, especialmente mediante a aplicação de um choque de gestão e o prosseguimento dos superávits primários, que, por sinal, não têm conseguido reduzir as operações de arbitragem realizadas pelos credores líquidos do setor público.

Seria ocioso recordar que, como o gasto público integra a demanda agregada, o saldo fiscal positivo e o investimento público constituem elementos da poupança. Inclusive, a proposição inicial de Delfim vem sendo moldada no Planalto para ganhar dimensão de uma estratégia de ajuste fiscal presa à acentuação da redução de gastos e à impulsão da eficiência no gerenciamento da máquina pública.

Já na órbita técnica, o sucesso da proposição importaria um caráter transitório à mesma, além de simultâneo ao progresso em três outras frentes: reduções consistentes das taxas de juros – o que pode ser desinteressante à fração rentista do sistema econômico; emprego de mecanismos opcionais de combate à inflação, como defesa da concorrência, tarifas de importações e revisão da indexação; e prosseguimento das reformas institucionais, preponderantemente a tributária dirigida à desoneração dos investimentos. O argumento de que a

drástica diminuição dos juros provocaria inflação de demanda seria desmanchado pela desvalorização cambial e pela continuidade da austeridade fiscal.

Mas, a maior armadilha do programa déficit zero seria a retirada da flexibilidade da política fiscal e o impedimento de sua utilização como instrumento anticíclico em um estado nacional, mediante o acionamento de seus estabilizadores automáticos em etapas de declínio da demanda privada e da arrecadação pública e de necessidade de ampliação de dispêndios sociais compensatórios, como aqueles destinados ao apoio aos contingentes desempregados.

Foram os casos do Japão desde 1999, dos Estados Unidos no começo da gestão Bush, ou mesmo da Europa, onde, apesar de o déficit orçamentário possuir teto de 3,0% do PIB (previsto no Tratado de Maastricht de 1992 e no Pacto de Crescimento e Estabilidade que oportunizou o surgimento da moeda única), vem sendo desobedecido por Alemanha e França, as duas maiores economias do continente.

Daí que os compromissos com o déficit zero ou com a interrupção do crescimento da dívida pública deveriam integrar um programa mais abrangente de correção do descompasso existente entre carga tributária e volume e qualidade dos serviços públicos, priorizando a simplificação e a redução do fardo de impostos e a expressiva ampliação dos investimentos.

No tocante aos investimentos, pesquisa preparada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) apontou declínio do Índice de Confiança dos empresários, de 55,8 pontos, no mês de abril de 2005, para 50,7 pontos em julho, o pior resultado desde outubro de 2002, levando em conta uma escala de variação entre zero (pessimismo) e cem (otimismo).

Por fim, é prudente reter que a fixação de parâmetros constitucionais para variáveis econômicas tende a enfraquecer a operação de fóruns democráticos de negociação de interesses, a multiplicar conflitos e, no limite, a fracassar, como os exemplos da lei de conversibilidade e do lema de déficit zero, na Argentina, durante os governos Meném e De La Rúa, respectivamente.

Nem por isso devem assumir posição de relevo, nas discussões, propostas alternativas também conservadoras de acionamento de mecanismos de maior elevação dos saldos fiscais primários e das desvinculações, sempre que o déficit se afastar de zero e a dívida pública retomar rota ascendente.

---

## NOTA

<sup>1</sup>A moeda, a economia e as idéias de Friedman. *Valor Econômico*, São Paulo, 22-24 jul. 2005. Caderno EU&, v.6, n.253, p.6.

# Crise política e blindagem econômica

---

Gilmar Mendes Lourenço\*

---

Em um momento de colheita de resultados econômicos promissores pelo Brasil – em fase com o clima internacional bastante favorável, propiciando a diminuição da vulnerabilidade externa, por conta dos crescentes superávits comerciais, e do alongamento do prazo de vencimento da dívida, com a troca de quase 80,0% dos C-Bonds –, os agentes políticos conseguiram produzir nova instabilidade.

A crise foi deflagrada pela divulgação de enorme volume de informações bombásticas (em sua maioria confirmadas), por parte do deputado Roberto Jefferson, a partir de meados de junho de 2005, depois de entrevista concedida ao jornal *Folha de S.Paulo*, envolvendo o uso de recursos financeiros não registrados (fruto de evasão fiscal e superfaturamento de contratos públicos, dentre outros) para o financiamento de campanhas eleitorais, a compra de votos no legislativo e a malversação de haveres públicos.

De fato, o efeito imediato da instabilidade política foi a agudização do enfraquecimento da imagem dos representantes da sociedade, incluindo partidos políticos, governo e congressistas, erodida desde que o Palácio do Planalto concedeu espaço para a chegada do deputado Severino Cavalcanti à Presidência da Câmara dos Deputados, e agravada pelos episódios como mensalão, uso de peças íntimas do vestuário masculino e jipe Land Rover. A esse respeito, pesquisa do Instituto Datafolha apontou que 49,0% dos brasileiros não acreditam na existência de políticos honestos.

Por mais incrível que possa parecer, tal quadro contém elementos satisfatórios para a maioria das peças do quebra-cabeça político do País. De seu lado, o governo, sem a incômoda presença – e o que é pior, interferência – dos Josés e Joões, começou a trilhar o caminho da sobrevivência, a partir da tentativa de implantação de uma minguada agenda decrescente, a ser cumprida até o final de 2006, desprovida de surpresas ou de qualquer investida mais audaciosa na direção das reformas.

Paradoxalmente, a reforma ministerial, iniciada com a saída do Chefe da Casa Civil, José Dirceu, suprimiu do governo a vertente contrária à austeridade monetária e fiscal, à liberdade conferida aos capitais especulativos, às pressões para autonomia do Banco Central e à ampliação das desvinculações de receitas da União.

As pesquisas de opinião vêm identificando um Lula “blindado” pela população, ao menos enquanto

conseguir escapar da mira dos franco-atiradores valerianos. De outra parte, a proteção a Lula poderia interessar às correntes de oposição ou às elites, especialmente ao PSDB e ao PFL, por duas razões bastante objetivas.

A primeira delas retrataria o enorme fardo político acoplado a uma abreviação de mandato, por meio de um novo *impeachment* no País em menos de quinze anos, o que forçaria um rearranjo dos interesses e dos grupos de pressão, sobretudo no caso do aparecimento de candidaturas não convencionais, capazes de rasurar as atuais regras de inserção do Brasil no jogo da globalização financeira num cenário de enfraquecimento das instituições.

Ainda assim, ao menos enquanto a gestão econômica preservar a mão estendida na direção do *establishment* financeiro e/ou persistirem sinais de participação expressiva de parlamentares nos atos ilícitos recentemente denunciados, a hipótese de impedimento do mandato do presidente da República ficaria mais distante, a despeito de sua nova linha dialética desorientada e contraditória, sugerindo vulnerabilidade econômica em um país que estaria pronto para crescer, segundo sua própria visão recente.

Isso porque, a posse de um vice-presidente atrelado ao meio empresarial, ao discurso nacionalista e aos militares poderia ensejar a viabilização de bandeiras mais audaciosas no sentido da redução dos enormes *spreads* cobrados pelas instituições financeiras no Brasil, devido à destinação prioritária dos haveres ao cliente preferencial (governo) e à falta de mecanismos estimuladores da concorrência entre os bancos.

O segundo motivo para a blindagem do presidente corresponde ao desejo das elites em negociar compromissos com um candidato combatido e inofensivo em 2006, que foi domesticado em 2002, depois de uma apreciável ameaça especulativa que elevou a cotação do dólar a R\$ 4,00 e oportunizou a

---

\*Economista, Coordenador do Núcleo de Análise de Conjuntura do IPARDES, Coordenador do Curso de Ciências Econômicas da FAE Business School, Mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina, autor do livro *Economia brasileira: da construção da indústria à inserção na globalização* (Sindeccon-PR, 2005).

edição da Carta do Povo Brasileiro, ou o manual do candidato para a aquisição da confiança dos mercados financeiros. De forma mais direta, o economista Paulo Nogueira Batista Jr. afirmou recentemente que os mercados teriam conseguido anular no “tapetão” os resultados das eleições presidenciais de 2002. Do contrário, as elites poderão preferir uma articulação direta com financistas mais autênticos em 2006.

---

*Há um claro desejo das elites brasileiras em negociar compromissos com um candidato combalido em 2006*

---

Presentemente, embora os atores políticos e sociais do País respirem e discutam a crise, percebe-se reduzida interferência da instabilidade política no lado real da economia. Até aqui, observaram-se alguns sintomas especulativos pontuais – como a revalorização do dólar e a queda dos preços das ações, a despeito do seguro configurado pela abundante liquidez internacional –, derivados da resposta instantânea dos mercados de riscos aos momentos e episódios de pânico registrados pelas CPIs em funcionamento no Congresso Nacional, que configuram movimentos conjunturais, ligados a expedientes defensivos de reacomodação de posições, determinados por avaliações de elevação do risco das aplicações no Brasil, emitidas por entidades financeiras internacionais.

Tais constatações revelam o amadurecimento de uma jovem democracia em uma nação constituída, em sua maioria, por agentes sociais que não gostariam de desperdiçar uma nova oportunidade de ingresso, presença e participação ativas em um ciclo de expansão econômica sustentada, fortemente articulado com a dinâmica mundial. A progressiva internacionalização das correntes de comércio das empresas brasileiras, atestada pelos extraordinários resultados da balança comercial, corrobora esse diagnóstico.

Não obstante, os recuos verificados no mês de julho de 2005 na produção automobilística, nas vendas de embalagens de papelão, no consumo de energia elétrica e no trânsito de veículos nas rodovias pedagiadas brasileiras representariam sintomas de delineamento de uma tendência de desaceleração no lado real do sistema econômico.

O mais grave, porém, é que as decisões de investimentos em ampliação da capacidade produtiva da economia já vinham emitindo sinais de fadiga em decorrência da situação de desaceleração das vendas e da produção, associada aos juros altos, e da indefinição dos parâmetros regulatórios e a morosidade na definição e execução dos projetos infra-estruturais prioritários. A título de exemplo, o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp) alertou para o risco de apagão energético a partir de 2009 em razão da demora na concessão de licenças ambientais para novos projetos.

Na mesma linha, recente editorial do jornal britânico *Financial Times* afirmou que as programações

de inversões no Brasil estariam sendo postergadas para depois das eleições de 2006 e as projeções oficiais de evolução do investimento para 2005 vêm sendo revistas para baixo, recuando de 6,9%, em dezembro de 2004, para 2,3% em julho de 2005. Isso significa que a expansão potencial do sistema econômico brasileiro poderia estar sendo sacrificada pelo arrefecimento da disposição empreendedora das empresas, materializada no engavetamento de novos projetos.

Diante disso, a meritória e desejável proposta capitaneada pelo senador Jefferson Péres, no estilo de edificação de um acordo interpartidário para imunizar o sistema econômico dos ataques das turbulências políticas, ou impedir que a perda do trem da governabilidade resulte em retrocesso econômico, por meio de um acordo da obtenção de um superávit primário de 5,0% do produto interno bruto (PIB), deve ser exaustivamente discutida.

É oportuno recordar que o ajuste está centrado em bases frágeis. A receita pública depende, em grande proporção, da Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras (CPMF) e das Desvinculações das Receitas da União (DRU), que devem desaparecer no final de 2007, e a ausência de margens para elevações legais de carga tributária ficou patente com a rejeição da MP 232. Aliás, o peso do fardo de impostos no Brasil (36,0% do PIB) suplanta, em larga escala, tanto o das nações com grau de desenvolvimento semelhante, como Coréia do Sul (25,5%), Argentina (20,7%), México (19,5%), Chile (19,1%) e Rússia (16,9%), como o de países avançados, como Japão (25,8%) e Estados Unidos (25,4%).

Em contrapartida, as despesas são compostas por itens ascendentes como o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), cujo peso no PIB subiu de 2,5%, em 1988, para 7,7% em 2004, situação que deve se agravar em caso de aprovação de aposentadorias às donas de casa, vendedores ambulantes e autônomos, por intermédio do pagamento de contribuições atuarialmente menores que o custo dos benefícios.

Ademais, a gênese do pacto sugerido não pode incorporar a idéia de diminuição do raio das apurações e de atenuação da punição dos envolvidos. Na verdade, só depois de reparados os estragos resultantes do trabalho de investigação das CPIs, com potencial para a cassação de vários parlamentares de diferentes legendas, é que o País poderá iniciar a reconstrução da obra do crescimento. Ao contrário da retórica oficial, o desempenho econômico brasileiro ainda é medíocre quando comparado com o dos mercados emergentes.

A título de exemplo, as projeções realizadas pelo Bank for International Settlements (BIS), o Banco Central dos Bancos Centrais, para a expansão do PIB em 2005, para diferentes grupos de países, têm sido mais generosas para os mercados emergentes e perversas para o Brasil. Enquanto se espera crescimento de 3,5% do PIB para o Brasil, as inferências são de 6,3% para a média dos emergentes e de 9,0% para China e Argentina, 8,0% para a Venezuela, 7,0% para a Índia, 6,0% para Indonésia e Malásia, 5,0% para Rússia e Turquia, e 4,0% para África do Sul e Israel.

Nas circunstâncias atuais, talvez a única certeza que se tenha é que o esperado Plano Brasil para os próximos vinte anos exigirá, novamente, a acumulação de capital político, disponível em 1995, 1999 e 2003, e descartado por preocupações oficiais de curto prazo e/ou desvinculadas dos anseios de edificação de uma sociedade com maior distribuição de renda e inclusão social.

Essencialmente, ao praticar os juros reais mais elevados do planeta, sem controle de fluxos de capitais, com reduzido estoque de reservas internacionais e em processo de valorização cambial, o Brasil assegura rentabilidade e liquidez às operações de financiamento da dívida pública, oferecendo segurança aos credores.

Em compensação, constrói um quadro de exacerbação de incertezas, de dimensões nada desprezíveis, no terreno das expectativas e dos movimentos antecipatórios dos agentes financeiros, que o próprio exercício da democracia pode consubstanciar estopim de uma nova crise.

Por tudo isso, antes de ser tratada como uma ameaça, a instabilidade política poderia servir de motivo para uma audaciosa negociação de uma agenda de desenvolvimento – mais favorável à inclusão social e

menos refém da lógica financeira –, em complementação à estabilização monetária, conquistada em 1994 e mantida com a aplicação de medidas econômicas de curto prazo. É impossível ignorar que, dentre os países que praticam o regime de metas de inflação, o Brasil é o que vem apresentando patamares mais elevados de inflação e de juros e menor expansão econômica.

Nessa perspectiva, afigura-se crucial um rearranjo criterioso de prioridades, acoplado a uma arrojada mobilização política para o aprofundamento das alterações institucionais de uma nação com dimensões continentais e desigualdades seculares. A base desse processo poderia abarcar uma reforma política, incluindo a busca de diminuição do poder financeiro sobre as campanhas eleitorais, a instituição da fidelidade partidária durante os mandatos dos parlamentares, a revisão do tamanho das bancadas por unidades de federação e a priorização do financiamento público dos ciclos eleitorais.

Igualmente importantes seriam o aprimoramento das regras de contratação de serviços públicos, de maneira a coibir desvios de recursos, e a revalorização dos servidores, com a multiplicação de carreiras e de programas de capacitação.

# O fim dos C-Bonds: uma boa notícia

---

Gilmar Mendes Lourenço\*

---

O cenário interno turbulento delineado pela natureza absolutamente imprevisível da dimensão e dos desdobramentos da instabilidade política, que assola o País desde a manifestação do ciclone conhecido como Roberto Jefferson, vem, a cada dia, produzindo novos complicadores e chegando cada vez mais perto do núcleo duro do Palácio do Planalto.

Dentre seus inúmeros impactos desfavoráveis, emerge a neutralização da oportunidade de otimização de alguns resultados econômicos relevantes, como, por exemplo, aqueles relacionados às posições externas brasileiras. Em um primeiro momento, o governo decidiu antecipar o pagamento da dívida de US\$ 5,1 bilhões junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e comunicou a intenção de realização de novas aquisições de moeda estrangeira para a cobertura de compromissos externos.

Na seqüência, o executivo optou por buscar o aperfeiçoamento do perfil do endividamento e das condições de solvência do País, com o lançamento de títulos que possam ser adquiridos voluntariamente no mercado em lugar daqueles resultantes de reestruturações compulsórias da dívida. Mais precisamente, o governo definiu a substituição dos Capitalization Bonds (C-Bonds), principais títulos da dívida externa brasileira desde a renegociação verificada em 1994, por outros que pagarão praticamente a mesma taxa de juros, com maiores prazos de carência e amortizações. Contabilizavam-se US\$ 5,6 bilhões em C-Bonds no mercado, com pagamentos semestrais que começaram em abril de 2004 e terminariam em abril de 2014.

Os C-Bonds integram os Bradies, que são papéis emitidos, durante a década de 1990, para o refinanciamento da dívida externa das nações emergentes que haviam decretado moratória durante os anos 1980.

Mas a mudança mais expressiva residiu na eliminação da opção de resgate antecipado e unilateral, a 100,0% do valor de face, como possui o C-Bond, fato que acaba comprimindo a liquidez do papel, por permitir a recompra sempre que seu valor ultrapassar a cotação nominal e impedir sua valorização.

Objetivamente, essas operações devem provocar diminuição do risco e dos juros nas captações externas e facilitar as condições de acesso do País ao mercado financeiro internacional, ao retirar do mercado um papel vinculado às operações forçadas de reestruturação de passivos externos, afetadas negativamente pelas moratórias de 1987 (dos juros e do principal) e de 1989 (dos juros), que debilitaram a reputação brasileira junto à comunidade estrangeira.

A iniciativa do tesouro brasileiro resultou na retirada de circulação de quase 80,0% dos C-Bonds negociados (R\$ 4,4 bilhões) e na colocação de equivalentes em A-Bonds, com prazo de vencimento final em janeiro de 2018 e quitação das parcelas a partir de julho de 2009. O estoque restante (US\$ 1,2 bilhão), em sua maioria nas mãos do Banco Central e do Banco do Brasil, poderá ser resgatado em outubro de 2005.

---

## *A troca dos C-Bonds deve provocar diminuição do risco e dos juros nas captações externas e facilitar as condições de acesso do País ao mercado financeiro internacional*

---

Por tudo isso, já seria possível praticar posturas mais ousadas quanto à recomposição das reservas internacionais, diminuição da volatilidade cambial e recuperação do dinamismo do mercado interno, amparadas centralmente na diminuição dos juros e na retomada das negociações políticas rumo à tramitação e aprovação de reformas institucionais pró-crescimento no Congresso Nacional.

Presentemente, há pronunciada valorização do real, provocada pelo enorme diferencial entre os juros domésticos e os externos, que, se de um lado reduz os preços dos bens internacionais e, através das irradiações do Índice Geral de Preços (IGP), deprime os reajustes das tarifas de telefonia e energia, de outro, comprime a rentabilidade das exportações e dos empreendimentos substitutivos de importações.

Diante do imbróglio político e institucional, criado pela interminável sucessão de denúncias de corrupção e de malversação de recursos públicos, em fase de apuração pelas CPIs dos bingos, dos correios e do mensalão no Congresso Nacional, se não houver uma virada rápida e radical no jogo da política econômica, o País corre o sério risco de congelar suas possibilidades de crescimento.

Nesse contexto, manifestações quase que generalizadas de apoio ao ministro Palocci podem gerar suspeitas de tentativas de construção de um “acordão” das elites, que, em nome da preservação das instituições, poderia estar sufocando os legítimos interesses e as demandas majoritárias da sociedade brasileira.

---

\*Economista, Coordenador do Núcleo de Análise de Conjuntura do IPARDES, Coordenador do Curso de Ciências Econômicas da FAE Business School, Mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina, autor do livro *Economia brasileira: da construção da indústria à inserção na globalização* (Sindeccon-PR, 2005).

# A evolução do crédito no período 2000-2004

Shelbert Braz\*

O presente texto tem o intuito de descrever a evolução recente das operações de crédito no Brasil e avaliar sucintamente os seus fatores condicionantes. Para isso, foram utilizados dados do Banco Central do Brasil, contemplando não somente as estatísticas concernentes às concessões de crédito, mas também as informações referentes às taxas de juros e *spreads* bancários.

Inicialmente, verifica-se que o estoque do crédito concedido pelas instituições do Sistema Financeiro Nacional chegou a R\$ 485,0 bilhões em 2004, o que correspondeu a 26,2% do PIB, um pouco abaixo do resultado verificado no ano de 2000, quando essa proporção alcançou a marca de 27,8% do PIB (tabela 1). Atualmente, a relação crédito/PIB do Brasil supera a média latino-americana (22,0% do PIB), apesar de ser inferior aos resultados do Chile e Uruguai (69,0% e 40,0%, respectivamente). Em alguns países emergentes, como a Coreia do Sul e a Malásia, que vêm apresentando taxas de crescimento superiores à do Brasil, essa relação ultrapassa 100%. Já em países desenvolvidos, como a Alemanha e os Estados Unidos, o crédito corresponde a aproximadamente 120,0% e 150,0% do PIB, respectivamente.<sup>1</sup>

Em 2004, o estoque de crédito ao setor privado representou 99,0% do total concedido pelo Sistema Financeiro Nacional, verificando-se predominância dos recursos livres, que atingiram valor equivalente a 14,7% do PIB (R\$ 271,4 bilhões), acima do resultado verificado em 2000 (13,3% do PIB). Em sentido inverso, houve queda nos recursos direcionados, cujo saldo correspondeu a 9,7% do PIB (R\$ 180,4 bilhões) em 2004, abaixo do resultado assinalado em 2000 (12,2% do PIB). Diante disso, não há dúvida quanto à mudança na composição do estoque do crédito concedido pelo sistema financeiro, com uma maior participação dos recursos livres no volume total de empréstimos.

Nos créditos amparados em recursos livres, destacaram-se as concessões para pessoas físicas, que passaram de 4,4% do PIB, em 2000, para 6,1% do PIB em 2004, refletindo, entre outros fatores, a evolução das operações de crédito pessoal, cujo saldo atingiu R\$ 43,4 bilhões (2,3% do PIB) em 2004, acima do resultado verificado no final do ano de 2000 (saldo de R\$ 16,4 bilhões). Isso ocorreu principalmente por causa da expansão do crédito consignado, propiciada pelas medidas governamentais implementadas em 2003, que visaram à redução dos custos dos empréstimos via diminuição do risco de inadimplência.

Ainda em relação ao crédito para pessoas físicas, verifica-se pequena queda na modalidade cheque

especial (de 0,6% do PIB, em 2000, para 0,5% do PIB em 2004), em contraposição às operações com cartão de crédito, que dobraram em comparação a 2000 (de 0,2% para 0,4% do PIB). Esse movimento acompanha uma tendência internacional de ampliação da utilização de cartão de crédito, decorrente das facilidades dessa forma de pagamento.

Já o crédito para pessoas jurídicas atingiu R\$ 158,1 bilhões em 2004 (8,5% do PIB), com pequena queda em relação a 2000, quando foi registrado o resultado de 8,9% do PIB. Os maiores saldos foram verificados nas modalidades capital de giro, com R\$ 40,2 bilhões (2,2% do PIB), e conta garantida, que acumulou R\$ 25,1 bilhões (1,4% do PIB). Outras operações, como os adiantamentos de contratos de câmbio e os repasses externos, apresentaram queda no período 2000-2004, passando de 1,5% para 1,3% do PIB (contratos de câmbio) e de 1,4% para 0,7% do PIB (repasses externos). Vale destacar que o declínio das operações lastreadas em recursos externos deriva da depreciação da taxa de câmbio e do conseqüente aumento do custo das operações atreladas ao dólar.

No que tange aos créditos direcionados, sobressaem as concessões de empréstimos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que acumularam R\$ 97,2 bilhões, valor que correspondeu a 5,2% do PIB. A evolução registrada nos últimos quatro anos reflete a retomada dos investimentos por parte de alguns segmentos, como a agropecuária, que foi responsável pelo aumento dos financiamentos para a aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas.

Convém ressaltar que o financiamento a micro, pequenas e médias empresas apresentou incremento significativo nos últimos anos. Para se ter uma idéia desse aumento, os referidos segmentos foram responsáveis por quase um terço dos desembolsos do BNDES em 2004.<sup>2</sup>

Passando aos créditos para a habitação, foi registrado saldo de R\$ 24,3 bilhões (1,4% do PIB) no final do ano passado. Com isso, a razão crédito/PIB dessa modalidade situou-se bem abaixo da posição referente a dezembro de 2000 (4,3% do PIB), correspondendo a uma retração de quase 70,0%. Essa pronunciada queda decorre do esgotamento do modelo oficial de crédito e das transferências de financiamentos a inadimplentes para a Empresa Gestora de Ativos (Emgea) em meados de 2001.<sup>3</sup>

\*Acadêmico de Ciências Econômicas, estagiário do IPARDES.

Quanto aos recursos direcionados ao crédito rural, o saldo chegou a R\$ 55,3 bilhões, representando 3,0% do PIB no fim de 2004, acima do patamar verificado no ano de 2000 (2,3% do PIB). Esse avanço evidencia a disposição do governo de investir um pouco mais na agropecuária, setor que vem registrando significativas taxas de crescimento no período recente.

No que se refere às taxas de juros, as operações com recursos livres apresentaram taxa média de 45,0% ao ano em dezembro de 2004, com o *spread* médio atingindo 27,9 % (tabela 2). Os patamares mais elevados em relação a 2000 (juros de 41,7% e *spread* de 26,0%) são explicados por uma política monetária menos restritiva no primeiro ano da década, dada a combinação de baixos índices de inflação com uma razoável taxa de crescimento

econômico (4,4%). Ou seja, o ambiente macroeconômico favorável determinou taxas de juros mais baixas.

Além da Selic, há outros determinantes do custo do crédito, como o risco de inadimplência, os custos administrativos bancários, a qualidade das garantias, os entraves jurídicos na recuperação dos valores e o peso da tributação sobre as transações financeiras. Somado a isso, o lucro das instituições financeiras, que respondeu por quase um quarto da composição do *spread* em 2004, contribuiu para que os juros fossem muito elevados.<sup>4</sup> Ademais, de acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o caráter oligopolista do segmento bancário tem sido mais uma barreira para a redução dos juros no País.

TABELA 1 - SALDO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL - 2000-2004

MODALIDADE	OPERAÇÕES DE CRÉDITO					
	Dez. 2000		Dez. 2002		Dez. 2004	
	Valor (R\$ milhões)	% PIB	Valor (R\$ milhões)	% PIB	Valor (R\$ milhões)	% PIB
Crédito ao setor privado	308 446	26,7	366 042	23,1	465 812	25,2
Recursos livres	153 958	13,3	212 427	13,4	271 391	14,7
Pessoa física	51 336	4,4	76 165	4,8	113 272	6,1
Crédito pessoal	16 381	1,4	24 553	1,5	43 423	2,3
Aquisição de veículos	15 616	1,4	26 933	1,7	38 065	2,1
Cheque especial	6 517	0,6	8 545	0,5	9 800	0,5
Cartão de crédito	2 802	0,2	4 839	0,3	8 207	0,4
Financiamento imobiliário	3 103	0,3	1 780	0,1	1 080	0,1
Outras operações	6 918	0,6	9 516	0,6	12 696	0,7
Pessoa jurídica	102 622	8,9	136 261	8,6	158 119	8,5
Capital de giro	16 542	1,4	29 501	1,9	40 218	2,2
Conta garantida	15 008	1,3	20 247	1,3	25 096	1,4
Adiantamento de contrato de câmbio	17 305	1,5	25 007	1,6	24 036	1,3
Repasses externos	16 407	1,4	19 967	1,3	13 711	0,7
Desconto de duplicatas	5 270	0,5	6 000	0,4	10 388	0,6
Outras operações	32 091	2,8	35 539	2,2	44 669	2,4
Recursos direcionados	140 776	12,2	143 984	9,1	180 406	9,7
BNDES - Total	56 998	4,9	84 717	5,3	97 188	5,2
Rural	27 086	2,3	34 671	2,2	55 293	3,0
Habitacional	50 187	4,3	21 623	1,4	24 267	1,3
Outras operações	6 505	0,6	2 973	0,2	3 658	0,2
Leasing	13 712	1,2	9 631	0,6	14 015	0,8
Crédito ao setor público	12 562	1,1	13 481	0,8	19 202	1,0
TOTAL	321 008	27,8	379 523	23,9	485 014	26,2

FONTE: Banco Central

TABELA 2 - TAXAS CONSOLIDADAS DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO COM RECURSOS LIVRES - 2000-2004

DISCRIMINAÇÃO	MÉDIA (% a.a)					
	31/12/2000		31/12/2002		31/12/2004	
	Juros	Spread	Juros	Spread	Juros	Spread
Taxa média - pessoa física	66,5	49,7	83,5	54,5	61,5	45,6
Taxa média - pessoa jurídica	27,5	12,3	30,9	16,3	30,9	13,0
Taxa média - recursos livres	41,7	26,0	51,0	31,1	45,0	27,9

FONTE: Banco Central

## NOTAS

<sup>1</sup>CANDIOTA, Luiz Augusto Oliveira. **Crédito e desenvolvimento econômico**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?APRES0005>>. Acesso em: 8 ago. 2005.

<sup>2</sup>ECONOMIA bancária e crédito: avaliação de 5 anos do projeto juros e spread bancário. Disponível em: <[http://www.bcb.gov.br/Pec/spread/port/economia\\_bancaria\\_e\\_credito.pdf](http://www.bcb.gov.br/Pec/spread/port/economia_bancaria_e_credito.pdf)>. Acesso em: 20 jul. 2005.

<sup>3</sup>MOEDA e crédito: operações de crédito do sistema financeiro. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/banual2004/rel2004cap2p.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2005.

<sup>4</sup>INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. **Spread e taxas de juros no Brasil**. Disponível em: <[http://www.iedi.org.br/admin/pdf/20041213\\_spread.pdf](http://www.iedi.org.br/admin/pdf/20041213_spread.pdf)>. Acesso em 20 jul. 2005.

# Setor sucroalcooleiro: conjuntura e perspectiva

Alan Ianke dos Santos\*

Este texto traz uma breve avaliação do momento favorável experimentado pelo setor sucroalcooleiro no País, destacando, além das questões conjunturais, as possibilidades de desenvolvimento e expansão do segmento, abordando também a participação do Estado do Paraná nesse cenário.

Inicialmente, cabe destacar a vitória do Brasil, juntamente com a Austrália e a Tailândia, obtida na Organização Mundial do Comércio (OMC) no contencioso sobre os subsídios praticados pela União Européia (UE), destinados a incentivar a produção e a exportação de açúcar branco. O complexo mecanismo utilizado pela UE garante que aproximadamente 4,6 milhões de toneladas de açúcar cheguem ao mercado internacional a preços competitivos, exigindo gastos governamentais entre US\$ 700 milhões e US\$ 800 milhões ao ano, com perdas estimadas em US\$ 400 milhões para os produtores brasileiros.<sup>1</sup>

Com a decisão do Órgão de Apelação da OMC em maio deste ano em favor do Brasil e seus aliados, um mercado de 3,8 milhões de toneladas anuais de açúcar deverá ser aberto, volume que corresponde a US\$ 1,2 bilhão em divisas. Estima-se que o País tem potencial para incrementar suas exportações em até 3 milhões de toneladas a partir da safra 2006/2007, quando a UE deverá iniciar o desmantelamento do atual sistema.<sup>2</sup>

A perspectiva de curto e médio prazos é de preços estáveis no mercado externo, com tendência de alta no Brasil. A produção mundial de açúcar deverá atingir 142,5 milhões de toneladas no ano encerrado em 31 de agosto, ficando 1,7 milhão abaixo da demanda.<sup>3</sup> Com isso, os estoques globais diminuirão para 64 milhões de toneladas, o que representa decréscimo de 5,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. Apesar da redução das compras da Rússia, maior importador mundial do produto, a quebra da produção de cana na Índia pelo segundo ano consecutivo e o crescimento do consumo chinês têm garantido a sustentação dos preços internacionais.

Já no mercado interno, a mudança no *mix* de produção das usinas do Centro-Sul (região responsável por 80% da produção nacional) deverá proporcionar um aumento de aproximadamente 10% nas cotações do açúcar em 2006, ou seja, a oferta do produto será limitada pelo crescimento da produção de álcool.<sup>4</sup> Nesta safra, o álcool terá a maior participação na produção setorial desde a temporada 1999/2000.

No que se refere ao álcool hidratado, a comercialização dos carros bicombustíveis, iniciada em março de 2003, tem impulsionado a demanda interna pelo produto. Segundo dados da Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), naquele ano foram comercializados 40.178 veículos "flex", que representaram 3,1% das vendas internas no atacado. No ano seguinte, o número passou para 328.379 automóveis, com a participação saltando para 21,6%. Em 2005, até o mês de junho, as vendas internas alcançaram 302.435 unidades, atingindo a marca de 39,5% do total comercializado.

A receptividade do mercado aos novos modelos deve garantir, ao final de 2005, uma demanda adicional de 800 milhões de litros de álcool.<sup>5</sup> De acordo com as projeções da União da Agroindústria Canavieira de São Paulo (Unica), cerca de 80% das novas áreas de cultivo de cana serão destinadas à produção do combustível.<sup>6</sup> Além das favoráveis condições do mercado, a redução nas alíquotas de ICMS nos Estados do Paraná e São Paulo, regulamentada no final de 2003, também vem contribuindo para o aumento da demanda pelo produto.

As exportações nacionais de álcool têm apresentado forte expansão há dois anos. Contudo, ainda representam pouco em relação ao total produzido. Este ano, ao contrário das expectativas iniciais, o volume exportado poderá crescer, principalmente por conta do aumento dos embarques para a Índia e o Japão. No primeiro semestre, as vendas externas atingiram 1,2 bilhão de litros, registrando aumento de 14,4% em comparação com o mesmo período de 2004.<sup>7</sup>

Ainda em relação ao mercado externo, o álcool é um dos produtos brasileiros com maior potencial de expansão para os próximos anos. Isso decorre do fato de os países signatários do Protocolo de Kyoto considerarem os biocombustíveis como uma boa alternativa para a redução da emissão de gases poluentes na atmosfera. Como exemplo, pode-se citar o Japão, que pretende alterar a mistura da gasolina com a adição de pelo menos 3% de etanol. Se a idéia for levada adiante, o mercado japonês poderá demandar um volume adicional de 6 bilhões de litros de álcool anidro por ano.<sup>8</sup>

\*Acadêmico de Ciências Econômicas, estagiário do IPARDES.

Outro caso é a Alemanha, que recentemente firmou parceria com o Brasil para introduzir, em caráter experimental, o etanol na frota oficial de duas cidades. Reuniões técnicas entre os dois países têm sido realizadas com o objetivo de adaptar totalmente o etanol brasileiro às exigências do mercado alemão. Ademais, Canadá, França, Índia e Tailândia também possuem ações específicas para a introdução dos biocombustíveis em suas matrizes energéticas.

Para evidenciar os múltiplos usos da cana, nota-se que as usinas brasileiras são praticamente auto-suficientes em energia elétrica e térmica, devido à ampla utilização de sistemas de geração baseados na queima do bagaço da cana. Esses sistemas, em sua grande maioria, foram dimensionados para atender somente à demanda própria das usinas, dada a impossibilidade, até então, da geração de excedentes comercializáveis. A partir da promulgação da Lei n.º 10.438, de 2002, que instituiu o Programa de Incentivo às Fontes de Energia Alternativa (Proinfa), o segmento sucroalcooleiro passou a ter condições legais para oferecer um terceiro produto, representado pela geração de eletricidade a partir da biomassa.

De acordo com dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a capacidade instalada das usinas sucroalcooleiras é de 2.178 MW, o que representa 2,2% do total de energia gerada no Brasil. Em 2003, o excedente disponibilizado para o mercado atingiu 619 MW, sendo que o potencial para comercialização está estimado entre 6.000 e 8.000 MW. Hoje, pouco mais de 10% das usinas fornece ou possui projetos para a venda de energia.

Esse tipo de geração pode ser estratégico para a matriz energética brasileira, pelo fato de possuir algumas peculiaridades importantes. Uma delas é a complementaridade em relação à geração hídrica, pois o pico de fornecimento na Região Centro-Sul ocorreria no período em que os reservatórios das hidrelétricas normalmente se encontram em níveis mais baixos (maio-dezembro).

Outro ponto atrativo é a possibilidade da obtenção de créditos de carbono, através dos Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL) estabelecidos pelo Protocolo de Kyoto, já que a energia gerada pelas usinas suplanta em nove vezes o total de insumo fóssil utilizado para a sua produção.<sup>9</sup> Além disso, o potencial de rápida expansão qualifica as usinas sucroalcooleiras como uma alternativa às tradicionais formas de geração de energia, considerando a escassez de investimentos públicos no sistema elétrico nacional.

A produção atual das usinas está em torno de 17 bilhões de litros de álcool por ano, sendo que o segmento

está estruturado para produzir no máximo 20 bilhões. Já a área ocupada pelos canaviais é de 6 milhões de hectares. As projeções apontam para uma demanda interna entre 27 a 30 bilhões de litros nos próximos cinco anos, o que exigiria a ampliação da área de cultivo para nove milhões de hectares. Adicionalmente, com a queda dos subsídios europeus, o comércio mundial de açúcar deverá crescer a uma taxa de 3% ao ano,<sup>10</sup> não deixando dúvida quanto ao ambiente propício para investimentos no setor.

Tanto é assim que todas as 321 usinas brasileiras possuem projetos de ampliação, sem considerar os 45 projetos em fase de implantação. A expansão do setor será concentrada na Região Oeste de São Paulo, que, segundo dados das Usinas e Destilarias do Oeste Paulista (Udop), receberá um aporte de recursos entre R\$ 1,5 e R\$ 2 bilhões para a implementação de 31 novas unidades.<sup>11</sup> Os investimentos também contemplarão o Triângulo Mineiro, o Sul de Goiás, o Rio de Janeiro e o Norte do Paraná. Vale mencionar que o setor já desperta o interesse de investidores estrangeiros, ligados ou não aos negócios do açúcar e álcool, a exemplo do grupo alemão Sudzucker, que controla mais de 50 empresas por toda a Europa.

No caso específico do Paraná, sabe-se que em setembro do ano passado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) garantiu o financiamento de R\$ 1,3 bilhão para a expansão do setor. Somando-se esse montante aos recursos próprios dos empresários, que podem alcançar R\$ 800 milhões, o Estado pretende dobrar a produção e exportação de álcool nos próximos três anos. Isto, entre outras medidas, exigirá ampliação da área dos canaviais dos atuais 360 mil hectares para 500 mil hectares.<sup>12</sup> Também como parte do plano de crescimento, será viabilizada a construção de um terminal exclusivo para a exportação do combustível no Porto de Paranaguá até o final de 2005.

O Paraná é o segundo maior produtor nacional de álcool e o terceiro maior produtor de açúcar. Segundo dados da Associação dos Produtores de Álcool e Açúcar do Estado do Paraná (Alcopar), as 18 usinas e 9 destilarias do Estado processaram 1,8 milhão de toneladas de açúcar na safra 2004/2005, das quais 1,2 milhão foram exportadas. Já a produção de álcool atingiu 1,2 bilhão de litros, sendo que as vendas externas do produto atingiram 100 milhões de litros.

Por fim, cabe destacar que está prevista a implantação de três novas usinas nas cidades de Terra Rica, Paraíso e Paranaíba.

---

## NOTAS

<sup>1</sup>OMC confirma vitória do Brasil no açúcar. **Agroanalysis**, Rio de Janeiro: FGV, v.25, n.5, p. E9-E11, maio 2005.

<sup>2</sup>OMC confirma..., p. E9-E11.

<sup>3</sup>PREÇO com sustentação. **Agroanalysis**, Rio de Janeiro: FGV, v.25, n.5, p. E3.

<sup>4</sup>CARRO "Flex-Fuel" deve elevar preço do açúcar. **Folha de S. Paulo**, 15 jul. 2005. Dinheiro, p. B9.

<sup>5</sup>SCARAMUZZO, Mônica. Nasce um pólo sucroalcooleiro no oeste de SP. **Valor Econômico**, São Paulo, 12 jul. 2005. Empresas, p. B10.

<sup>6</sup>LOPES, Fernando. Consumo de álcool mudará "mix" de produção de usinas. **Valor Econômico**, São Paulo, 6 jul. 2005. Empresas, p. B12.

<sup>7</sup>SCARAMUZZO, Mônica. Um novo recorde à vista para as exportações brasileiras de álcool. **Valor Econômico**, São Paulo, 20 jul. 2005. Empresas, p. B12.

<sup>8</sup>PAÍSES e continentes: movimento global. **Agroanalysis**, Rio de Janeiro: FGV, v.25, n.5, p. E4-E5, maio 2005.

<sup>9</sup>BNDES. Ampliação da produção de etanol e co-geração de energia elétrica. Disponível em: <[http://www.bndes.gov.br/conhecimento/seminario/alcool\\_discussao.pdf](http://www.bndes.gov.br/conhecimento/seminario/alcool_discussao.pdf)>. Acesso em: 29 ago. 2005.

<sup>10</sup>AGUIAR, Isabel Dias de. Capital poderá limitar expansão da cana. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 12 ago. 2005. Finanças & Mercados, p. B12.

<sup>11</sup>SCARAMUZZO, Nasce um..., p. B10.

<sup>12</sup>EXPORTAÇÃO de álcool terá verba do BNDES. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 23 set. 2004. p. 17.

# Indústria do Paraná: desempenho no primeiro semestre de 2005

Gilmar Mendes Lourenço\*

A observação da evolução da produção industrial brasileira, ao longo do primeiro semestre de 2005, revela que, a partir do mês de abril, o setor manufatureiro passou a emitir sinais bastante nítidos de vontade de superação da fase de estagnação, verificada desde setembro de 2004, quando o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) retomou a estratégia de elevação dos juros primários da economia.

Tanto é assim que o volume produzido pelo setor registrou incremento de 5,0% nos primeiros seis meses do ano, frente a igual período de 2004, não incorporando ainda a influência dos eventos políticos deflagrados pelas denúncias de corrupção feitas pelo deputado federal Roberto Jefferson e pela subsequente implantação e operação das CPIs no Congresso Nacional.

Antes de tudo, parece prudente interpretar tratar-se de um desempenho automático e heterogêneo, sustentado em pilares extremamente frágeis da demanda interna e externa, e demonstrando uma absoluta ausência de sincronia de crescimento entre as diferentes categorias de indústria. Enquanto a ponta, constituída pelas plantas de fabricação de bens de consumo, cresceu 8,8% – sendo que a fabricação de duráveis aumentou 16,7% –, os segmentos da base, representados por bens intermediários e de capital, cresceram 2,4% e 3,8%, respectivamente.

As atividades líderes em variação positiva foram fabricação de álcool (42,0%), material eletrônico e de comunicações (21,4%), caminhões e ônibus (20,3%), automóveis, camionetas e utilitários (17,1%), extração de petróleo e gás (10,4%) e cimento e clínquer (10,3%). As performances negativas mais expressivas ficaram a cargo de adubos e fertilizantes (-14,3%), laminados de aço (-6,3%) e refino de petróleo (-1,7%).

Na realidade, desempenhos tão díspares encontram explicação direta na reduzida consistência da lógica de funcionamento do sistema econômico brasileiro, ligada à gestão macroeconômica. De um lado, a prática dos maiores juros reais do planeta e da enorme carga tributária, em circunstâncias de impulsão da dívida líquida do setor público e de valorização da taxa de câmbio, vem minando os projetos do Estado e abalando a disposição privada em favor de investimentos em ampliação da capacidade produtiva, afetando os ramos de bens intermediários e de capital.

Na mesma linha, o comportamento das áreas voltadas às exportações ainda não foi fortemente afetado pela apreciação do real, em virtude de o efeito preço vir compensando as perdas derivadas da taxa de câmbio. A ascensão dos preços está atrelada à expansão da liquidez mundial e à profunda alteração do padrão de comércio internacional, ancorados na subida da demanda chinesa e norte-americana.

De outro lado, a ampliação da oferta de crédito, motivada pela disseminação das linhas mais baratas, com desconto consignado em folha e direcionadas prioritariamente a aposentados e pensionistas, e pelas facilidades concedidas por grandes redes varejistas, especialmente quanto ao prolongamento dos prazos de pagamentos, diminuindo o valor das prestações, vem estimulando as atividades vinculadas ao consumo interno.

Daí que a dinâmica recente da indústria brasileira reproduz um paradoxo macroeconômico, configurado na perversa inter-relação entre a disponibilidade de elementos estruturais confortáveis, como os superávits nas contas externas e públicas e o controle da inflação, e a presença de componentes conjunturais adversos, retratados nos juros altos e no câmbio baixo.

Conforme cálculos da Fundação Centro de Estudos de Comércio Exterior (Funcex), o real estaria mais valorizado do que no momento de pico constatado em 1995 e, mantidas as tendências econômicas atuais, só ingressaria numa rota de desvalorização em caso de acionamento de instrumentos intervencionistas por parte do BC – incluindo compra de reservas, taxação das exportações, redução dos juros e controle dos fluxos de capitais –, o que se afigura pouco provável.

Em outras palavras, considerando que uma das condições para o equilíbrio instável do organismo econômico seria a busca do alinhamento da estrutura de preços relativos, ou dos macropreços (salários, juros, lucros, aluguéis, tarifas, câmbio e impostos), é razoável supor que o posicionamento “fora de esquadro” de algumas variáveis, como juros, câmbio e tributos, vem proporcionando folgas transitórias nos campos fiscal, comercial e inflacionário,

\*Economista, Coordenador do Núcleo de Análise de Conjuntura do IPARDES, Coordenador do Curso de Ciências Econômicas da FAE Business School, Mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina, autor do livro *Economia brasileira: da construção da indústria à inserção na globalização* (Sindecon-PR, 2005).

ao preço da dilatação do tempo da estagnação e/ou da interrupção da edificação das bases de um novo ciclo de investimentos e de crescimento.

O comportamento ainda que disforme da indústria brasileira no primeiro semestre de 2005, explicado em grande medida por fatores conjunturais, reproduziu-se nas diferentes unidades federativas, expressando novas peculiaridades, derivadas da combinação entre alguns fenômenos ocorridos no País a partir de 1995.

Dentre esses fenômenos podem ser enfatizados o aprofundamento da abertura comercial, a reestruturação modernizante de empresas e processos, as privatizações, a desregulamentação dos mercados, a estabilidade inflacionária, a desconcentração industrial e a autonomia fiscal das unidades federativas conferida pela Constituição de 1988, desembocando na desenfreada corrida pela atração de indústrias por intermédio da oferta de incentivos de natureza tributária e financeira, na direção da criação e/ou renovação de programas voltados à alteração quantitativa e qualitativa do perfil industrial da maioria das unidades da federação.

Assim, verificou-se enorme peso direto e indireto da indústria automobilística em São Paulo (além das divisões farmacêutica, edição e impressão e máquinas e equipamentos), Paraná, Minas Gerais (concatenada com siderurgia e metalurgia) e Santa Catarina (carrocerias para caminhões e ônibus). A trajetória da produção de Goiás foi determinada essencialmente por alimentos e bebidas, a do Ceará pela indústria têxtil e do vestuário, a do Pará pelas indústrias extrativas e metalúrgicas, com ênfase para alumínio, e a do Rio de Janeiro por veículos e petróleo, contrabalançada pelo decréscimo em metalurgia.

A dianteira registrada pelo Amazonas repousou no prosseguimento dos incentivos fiscais ao pólo eletroeletrônico, sediado na Zona Franca de Manaus, particularmente a fabricação de aparelhos celulares. Enquanto isso, o destaque negativo coube ao Rio Grande do Sul, devido à interferência da estiagem nos segmentos de máquinas agrícolas (tabela 1).

TABELA 1 - BRASIL - EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL - ESTADOS SELECIONADOS - JAN-JUN/2005

ESTADO	TAXA DE CRESCIMENTO (%)
Amazonas	20,2
Pará	5,2
Goiás	6,9
Ceará	6,1
Pernambuco	1,9
Bahia	2,3
Minas Gerais	7,7
Espírito Santo	3,2
Rio de Janeiro	1,3
São Paulo	6,3
Paraná	8,0
Santa Catarina	6,5
Rio Grande do Sul	-3,1
BRASIL	5,0

FONTE: IBGE

NOTA: Base de comparação – igual período do ano anterior.

### A expansão da indústria paranaense no primeiro semestre de 2005 foi liderada por veículos automotores e refino de petróleo

A produção da indústria do Paraná fechou o primeiro semestre de 2005 com expansão de 8,0%, bastante acima da média nacional (5,0%), ocupando o segundo posto no ranking nacional, atrás apenas do setor manufatureiro do Amazonas no período. Essa variação foi liderada pelos segmentos de veículos automotores (35,5%) e refino de petróleo (25,5%).

No caso de veículos, o desempenho pode ser explicado pela extraordinária impulsão das exportações de automóveis, em face do cumprimento de contratos celebrados em tempos de câmbio mais favorável. Já para petróleo refinado houve a influência da base estatística deprimida, representada pela paralisação técnica da Petrobrás durante dois meses, no segundo trimestre de 2004. Ressaltem-se ainda as variações positivas em bebidas (13,0%) e materiais elétricos (13,2%), resultado da recuperação da renda e da ampliação do crédito, respectivamente.

Como destaques negativos, cumpre registrar as quedas verificadas nas indústrias de alimentos (-1,5%), química (adubos -34,2%) e madeira (-5,3). O recuo da produção madeireira pode ser atribuído à fraca performance exportadora, por conta do câmbio valorizado, enquanto os declínios em alimentos e química refletem a combinação desfavorável entre câmbio, elevação de custos, queda dos preços internacionais e quebra da safra agrícola por problemas climáticos.

Especificamente no que diz respeito à interferência dos preços nos custos de produção do setor rural, vale sublinhar os aumentos nas cotações do petróleo e do aço no mercado internacional, afetando os ramos de adubos e fertilizantes e máquinas agrícolas, respectivamente.

Como se vê, de forma gradativa, a indústria paranaense vem se despojando de seus traços predominantemente agroindustriais, sem sacrifício de seu dinamismo, e, por extensão, da forte subordinação ao clima e ao curso dos mercados mundiais de *commodities*. Mesmo assim, a circunstancial trajetória ascendente do primeiro semestre de 2005 pode sofrer reversão, em razão do agravamento da defasagem cambial, comprometendo a rentabilidade das exportações, da redução da área plantada das principais culturas agrícolas – com respingos na balança comercial e na inflação – e dos prováveis impactos da crise política, ainda não captados nos indicadores econômicos até o mês de junho.

# Paraná - Destaques Econômicos\*

---

Julio Takeshi Suzuki Júnior\*\*, Alan Ianke dos Santos, Leonardo Marcon Weber e Shelbert Braz\*\*\*

---

## AGROPECUÁRIA

### Quebra de safra chega a 6 milhões de toneladas no Estado

De acordo com o Departamento de Economia Rural da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (Seab/Deral), a produção de grãos na safra 2004/2005 será de 22,2 milhões de toneladas, 6 milhões abaixo do que se esperava. Com isso, a participação do Estado na produção nacional de grãos cairá para 20% na atual temporada.

Essa queda reflete principalmente o declínio da produção de soja e milho, produtos que registraram quebra da ordem de 5,6 milhões de toneladas.

ZAFALON, Mauro. Paraná perderá 6 mi de toneladas de grãos. **Folha de S.Paulo**, 2 ago. 2005. Dinheiro, p. B10.

### Entre Rios oferta 15% do malte consumido no País

A Cooperativa Agrária Entre Rios, localizada em Guarapuava, é uma das duas empresas brasileiras produtoras de malte. A outra empresa situa-se no Vale do Paraíba, no interior de São Paulo.

A Agromalte, que pertence à cooperativa, fornece mensalmente 10 mil toneladas do produto, volume que corresponde a 15% do total consumido pelas cervejarias do País.

MAZZINI, Fernanda. Paraná fornece 15% do malte usado no País. **Folha de Londrina**, 3 ago. 2005. Folha Economia, p. 4.

## AGROINDÚSTRIA

### Corol firma *joint venture* para exportar carne bovina

A Corol Cooperativa Agroindustrial, com sede em Rolândia, e o grupo norte-americano Global Protein Group (GPG) criaram uma *joint venture* para a exportação de carne bovina. O novo

empreendimento, denominado Corol Beef, terá US\$ 40 milhões para a construção de um frigorífico com capacidade para abater 500 cabeças por dia, devendo alcançar 2 mil cabeças em três anos. Toda a produção da unidade, que gerará cerca de 2 mil empregos diretos, será direcionada para Estados Unidos, Europa e Ásia.

Com faturamento de US\$ 250 milhões no ano passado, a Corol conta com 7,3 mil associados e atua nas áreas de grãos, rações, café, açúcar, álcool e fruticultura.

RIOS, Cristina. Corol firma *joint venture* com a americana GPG. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 5 ago. 2005. Finanças e Mercados, p. B12.

COROL fecha contrato para frigorífico. **Folha de Londrina**, 5 ago. 2005. Folha Economia, p. 1.

COROL fecha parceria para montar frigorífico. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 5 ago. 2005. p. 19.

## INDÚSTRIA

### Nuvital faturou R\$ 27 milhões em 2004

A Nuvital Nutrientes, instalada em Colombo, Região Metropolitana de Curitiba (RMC), possui a mais moderna fábrica de misturas de microminerais e vitaminas (*premix*) da América Latina. As duas unidades da empresa localizadas na região empregam cem funcionários e atendem a 139 municípios da Região Sul do País, além do Paraguai e dos Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Os mais de 150 produtos fabricados incluem suplementos minerais, ingredientes lácteos, sais minerais para bovinos, ovinos e eqüinos, rações especiais, hidratantes e antioxidantes.

Com faturamento de R\$ 27 milhões no ano passado e perspectiva de crescimento de 25% para 2005, a empresa alcançará a produção mensal de 1,5 mil toneladas de *premix* e 600 toneladas de rações especiais já no segundo semestre deste ano.

Em sua cartela de clientes, a Nuvital possui as cooperativas Cocamar, Coopavel e Copercampos (SC).

GASPARIN, Mirian. Com fábrica moderna, Nuvital quer crescer 25%. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 4 jul. 2005. p. 16.

---

\*Elaborado com informações disponíveis no período de 1/7/2005 a 31/8/2005.

\*\*Administrador de Empresas, técnico da equipe permanente desta publicação.

\*\*\*Acadêmicos de Ciências Econômicas da UFPR, estagiários do IPARDES.

## Grupo norte-americano coloca à venda fábrica de papel

A direção do grupo International Paper (IP) decidiu pela venda da Inpacel, fábrica de papel localizada em Arapoti, devido a um redirecionamento no portfólio de negócios.

A Inpacel é a única empresa do hemisfério sul a fabricar o papel couchê de baixa gramatura, utilizado em revistas e folhetos comerciais. Atualmente, a produção anual fica em torno de 205 mil toneladas de papel, garantindo faturamento de aproximadamente R\$ 500 milhões, com a geração de 720 empregos.

A IP venderá também uma área de 50 mil hectares de pinus e eucalipto, a serraria e a empresa Inpacel Agroflorestal, que produz toras de madeira.

VIEIRA, André. IP coloca Inpacel à venda e Stora Enso analisará o negócio. **Valor Econômico**, São Paulo, 27 jul. 2005. Dinheiro, p. B14.

TORTATO, Mari. Grupo dos EUA venderá fábrica de papel no PR. **Folha de S. Paulo**, 29 jul. 2005. Dinheiro, p. B14.

## Indústria do Estado registra aumento nas vendas

O faturamento da indústria do Paraná cresceu 7,53% em junho, em comparação com o mês anterior, de acordo com os dados da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep). No acumulado do semestre, o aumento foi de 2,15%, com destaque para a indústria farmacêutica (aumento de 21,35%), química (13,49%) e papel e papelão (12,77%).

O aumento não foi maior em função da redução da produção agrícola, da queda do dólar e do aumento da taxa de juros.

CRESCER faturamento da indústria do Paraná. **Folha de Londrina**, 3 ago. 2005. Folha Economia, p. 3.

INDÚSTRIA do Paraná aumenta vendas internas. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 3 ago. 2005. p. 22.

## Tritec fecha novos acordos

A Tritec Motors, *joint venture* entre a DaimlerChrysler e a BMW, fechou dois acordos com empresas chinesas e outro com a carioca Óbvio!, fabricante de veículos para exportação.

A fábrica, localizada em Campo Largo, na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), produziu 180 mil motores em 2004, todos destinados ao mercado externo. A previsão para 2005 é produzir 190 mil unidades, 5,5% a mais que no ano anterior.

A Tritec foi criada em 1996 e emprega atualmente 450 pessoas.

RIOS, Cristina. Motores brasileiros da Tritec vão para a China. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 4 ago. 2005. p. A1.

## Investimentos concentram-se na RMC e no Oeste

Segundo levantamento do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), a RMC e o Oeste do Estado do Paraná vêm recebendo a maior parte dos investimentos industriais.

Em Marechal Cândido Rondon, o abatedouro de frangos da cooperativa Copagrill está funcionando desde janeiro. A unidade, que exigiu investimento de R\$ 40 milhões, tem capacidade para abater 160 mil aves por dia. Já em São José dos Pinhais, a fabricante de pisos de madeira Novopiso está investindo aproximadamente

R\$ 35 milhões em uma nova indústria, que empregará 230 pessoas a partir de novembro. A cidade receberá ainda uma fábrica de papéis decorativos (Schattdecor) e uma unidade para produção de moldes de aço (Simoldes), cujos investimentos atingirão R\$ 60 milhões e R\$ 12 milhões, respectivamente.

Por fim, o município de Ponta Grossa receberá uma siderúrgica da empresa Hübner. O valor do investimento é de R\$ 30 milhões.

ORGIS, Guido. Capital e Oeste concentram projetos. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 7 ago. 2005. p. 2.

## Brasfer investe no aumento da capacidade

A fabricante de estruturas metálicas Brasfer, com sede em Araucária, está investindo R\$ 10 milhões em obras que vão possibilitar um aumento de 30% na sua capacidade produtiva.

Anualmente, a empresa fabrica 20 mil toneladas de estruturas metálicas. No ano passado, o faturamento da empresa foi de R\$ 70 milhões, sendo 30% provenientes de exportações.

ORGIS, Guido. Fábrica investe R\$ 10 milhões e expande produção em Araucária. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 15 ago. 2005. p. 19.

## Novartis adquire fábrica em Cambé

O grupo Novartis passará a atuar em Cambé, com a transferência de sua divisão de medicamentos genéricos, denominada Sandoz, para o município paranaense. Essa operação é resultado da recente aquisição da Hexal, antiga proprietária da fábrica, pela Novartis.

A unidade conta atualmente com 300 funcionários. Com a mudança de controle, a fábrica passará a produzir 55 tipos de medicamentos, superando o número de produtos até então fabricados pela Hexal.

PEDRIALI, José Antonio. Paraná será base dos genéricos da Novartis no País. **O Estado de S. Paulo**, 15 ago. 2005. Economia, p. B9.

## Expoglobe International investirá US\$ 6 milhões em Campo Largo

A empresa Expoglobe International investirá US\$ 6 milhões na construção de uma fábrica de biodiesel no município de Campo Largo, localizado na RMC. A inauguração da unidade está prevista para 2007, podendo gerar cerca de mil empregos diretos.

GASPARIN, Mirian. Paraná ganha novo centro de produção de biodiesel. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 15 ago. 2005. p. 21.

FADEL, Fernando. Álcool: demanda puxa produção. **O Estado de S. Paulo**, 16 ago. 2005. Economia, p. B1.

POMBO, Luciana. Brasil se prepara para produzir biocombustível. **Folha de Londrina**, 16 ago. 2005. Folha Economia, p. 4.

## Alltech ampliará investimentos no Paraná

A multinacional Alltech, maior fabricante mundial de leveduras, ampliará seus investimentos na unidade de São Pedro do Ivaí. A nova indústria de leveduras especiais para ração animal, resultado de uma parceria com a usina sucroalcooleira Vale do Ivaí, deverá ser inaugurada em outubro.

A capacidade inicial da fábrica será de 50 mil toneladas por ano. Além dos US\$ 25 milhões já aplicados no empreendimento, outros US\$ 15 milhões serão destinados à unidade até o final de 2006.

SCARAMUZZO, Mônica. Usina do PR vai fabricar levedura para Alltech. **Valor Econômico**, São Paulo, 20 jul. 2005. Empresas, p. B12.

LIMA, Marli. Alltech antecipa ampliação de fábrica. **Valor Econômico**, São Paulo, 30 ago. 2005. Empresas, p. B12.

BRESCIANI, Eduardo. Alltech antecipa investimento no estado. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 30 ago. 2005. p. 20.

---

## COMÉRCIO EXTERIOR

### Exportações de carne de frango cresceram 23% no primeiro semestre

As exportações de carne de frango do Paraná atingiram US\$ 382,28 milhões no primeiro semestre de 2005, valor que correspondeu a um crescimento de 23,28% na comparação com o mesmo período de 2004. As vendas paranaenses do produto acompanharam a trajetória das exportações brasileiras, que aumentaram 24,90%, totalizando US\$ 1,53 bilhão.

Quanto ao volume, os embarques alcançaram 354,64 mil toneladas, o que significou uma expansão de 19,25%. Esse aumento decorre do aproveitamento das oportunidades comerciais geradas pelas crises sanitárias em alguns países asiáticos. Cabe ressaltar que o Paraná responde atualmente por cerca de 25% das exportações nacionais de carne de frango.

BRESCIANI, Eduardo. Exportações de frango batem novo recorde. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 19 jul. 2005. p. 19.

---

## INFRA-ESTRUTURA

### Cattalini investe R\$ 38 milhões no Porto de Paranaguá

A empresa Cattalini está destinando R\$ 38 milhões à ampliação do seu terminal de exportação de álcool, localizado no Porto de Paranaguá. Em dois anos, a capacidade de carregamento do terminal será elevada para 5,85 milhões de litros de álcool por hora.

Além dos recursos que estão sendo direcionados à estrutura de embarque, a empresa está investindo no redimensionamento do sistema de armazenagem, com a instalação de 19 novos tanques para recebimento de álcool.

ROCHER, José. Cattalini investe R\$ 38 milhões para aumentar as exportações de álcool. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 04 jul. 2005. p. 17.

---

### Lucro da Copel cresce no primeiro semestre

A Copel registrou no primeiro semestre um lucro líquido de R\$ 196,7 milhões, o que representou aumento de 13,8% em comparação com o mesmo período de 2004.

O aumento de 3,9% no mercado consumidor e a expansão dos sistemas de energia elétrica contribuíram para o resultado. A Copel apresenta um ativo total de R\$ 10 bilhões e um patrimônio líquido de R\$ 5,33 bilhões.

RIOS, Cristina. Copel amplia mercado e lucro cresce. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 16 ago. 2005. p. A11.

---

# ECONOMIA PARANAENSE - INDICADORES SELECIONADOS

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2005

continua

ANO	ALGODÃO			ARROZ			BATATA-INGLESA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	336 000	561 519	1 671	390 545	638 000	1 636	42 630	521 762	12 239
1981	305 790	581 000	1 900	275 000	493 632	1 793	39 146	459 357	11 734
1982	369 500	739 000	2 000	204 000	256 620	1 258	50 460	603 553	11 961
1983	440 000	695 608	1 581	216 400	368 313	1 702	45 004	422 870	9 396
1984	322 124	611 865	1 899	196 700	242 570	1 233	40 904	505 915	12 368
1985	540 000	1 035 661	1 918	200 000	296 000	1 480	38 992	497 522	12 760
1986	415 000	768 434	1 852	140 000	206 000	1 411	40 509	416 596	10 284
1987	386 000	711 880	1 844	202 923	342 844	1 690	50 155	662 129	13 202
1988	470 000	903 107	1 922	188 615	316 732	1 679	49 464	654 282	13 227
1989	415 091	805 277	1 940	163 633	295 698	1 807	39 622	502 158	12 673
1990	490 000	852 600	1 740	151 003	253 501	1 679	41 285	616 498	14 933
1991	618 000	1 024 111	1 657	121 297	163 056	1 909	41 650	653 824	15 698
1992	704 498	972 804	1 381	134 000	217 200	1 621	43 925	683 500	15 561
1993	345 000	448 081	1 299	127 500	232 500	1 824	40 800	624 872	15 315
1994	235 000	422 541	1 798	105 301	217 466	2 065	45 069	643 865	14 286
1995	282 760	529 977	1 874	108 600	225 000	2 072	43 038	620 300	14 413
1996	182 700	287 061	1 571	96 300	205 000	2 129	49 236	716 000	14 542
1997	59 874	110 000	1 837	85 487	176 057	2 059	45 399	665 840	14 666
1998	112 994	170 358	1 508	80 521	170 080	2 113	43 510	571 854	13 143
1999	48 161	109 144	2 266	81 894	186 880	2 282	41 931	615 832	14 687
2000	54 420	126 051	2 316	79 823	179 885	2 254	36 448	648 376	17 789
2001	71 264	174 854	2 454	78 568	186 678	2 376	32 661	594 124	18 191
2002	35 958	83 970	2 335	75 717	185 245	2 447	33 782	659 353	19 518
2003	30 066	71 744	2 386	71 543	193 493	2 705	30 527	609 007	19 950
2004	47 247	89 944	1 904	68 051	182 090	2 676	29 336	580 350	19 783
2005 <sup>(1)</sup>	57 842	81 085	1 402	60 565	138 594	2 288	27 167	544 719	20 051

ANO	CAFÉ			CANA-DE-AÇÚCAR			CEVADA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	734 152	180 000	245	57 990	4 451 480	76 763	30 172	39 172	1 298
1981	700 000	498 000	711	69 120	4 888 038	70 712	34 775	35 392	1 017
1982	303 000	96 000	317	90 000	6 840 000	76 000	35 950	27 247	758
1983	440 000	354 000	805	110 930	9 664 965	87 127	21 442	18 915	882
1984	424 000	252 000	594	121 696	8 428 836	69 261	19 574	18 400	940
1985	424 000	318 000	750	140 878	10 425 000	74 000	36 297	65 512	1 722
1986	422 825	120 000	284	160 000	11 600 000	72 500	27 600	60 000	2 174
1987	430 000	510 000	1 186	160 420	11 911 431	74 252	40 670	92 000	2 262
1988	505 581	114 000	226	156 497	11 856 032	75 759	42 498	49 485	1 164
1989	493 324	267 039	541	153 539	11 401 852	74 260	40 402	102 351	2 532
1990	426 391	156 702	368	159 417	11 736 412	73 621	28 213	50 844	1 802
1991	383 355	201 922	527	172 296	12 500 000	72 550	22 974	31 052	1 352
1992	296 000	108 000	365	184 000	13 350 000	72 554	17 700	43 326	2 448
1993	230 000	100 000	435	196 000	14 000 000	71 429	23 946	48 860	2 040
1994	184 351	81 990	445	215 796	15 945 937	73 894	14 207	27 975	1 969
1995	13 750	7 350	535	255 000	18 870 000	74 000	20 235	30 800	1 515
1996	134 000	67 000	500	294 000	23 000 000	78 231	26 110	85 430	3 272
1997	127 895	109 630	858	306 000	24 500 000	80 065	36 971	106 030	2 868
1998	128 127	135 707	1 060	310 344	26 640 767	85 843	42 957	84 371	1 964
1999	136 642	141 813	1 038	338 939	27 016 957	79 710	31 864	78 722	2 471
2000	142 118	132 435	932	327 147	23 190 410	70 887	32 135	69 146	2 152
2001	63 304	28 299	447	337 574	27 156 281	80 445	40 456	76 209	1 884
2002	129 313	139 088	1 076	358 312	28 120 716	78 481	46 750	77 862	1 665
2003	126 349	117 274	928	375 698	32 721 425	87 095	53 479	184 786	3 455
2004	117 376	152 260	1 297	398 969	33 552 515	84 098	53 819	167 450	3 111
2005 <sup>(1)</sup>	107 895	86 455	801	414 840	31 899 700	76 896	50 980	170 260	3 340

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2005

conclusão

ANO	FEIJÃO			MANDIOCA			MILHO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	815 088	462 250	567	44 640	887 810	19 888	2 156 508	5 466 967	2 535
1981	852 835	570 860	669	58 700	1 100 380	18 746	2 161 999	5 363 109	2 481
1982	879 990	666 800	758	62 500	1 218 750	19 500	2 276 700	5 430 000	2 385
1983	699 685	347 035	496	69 870	1 452 870	20 794	2 361 800	5 018 870	2 125
1984	741 001	479 108	647	73 688	1 446 258	19 627	2 447 000	5 400 000	2 207
1985	723 764	499 617	690	85 800	1 722 864	20 080	2 332 840	5 803 713	2 488
1986	627 604	215 701	344	85 800	1 700 000	19 814	2 300 000	4 300 000	1 870
1987	754 210	391 355	519	85 445	1 853 950	21 698	2 846 000	7 641 800	2 685
1988	741 920	457 692	617	85 242	1 855 328	21 765	2 269 862	5 558 805	2 449
1989	528 741	223 031	422	77 349	1 622 846	20 981	2 137 234	5 296 080	2 478
1990	550 591	279 028	507	101 854	2 184 599	21 448	2 079 784	5 160 823	2 481
1991	624 036	348 332	558	102 265	2 261 788	22 117	2 358 797	4 827 112	2 046
1992	595 894	461 162	774	100 000	2 100 000	21 000	2 610 000	7 370 000	2 824
1993	545 800	444 000	813	137 000	3 014 000	22 000	2 703 000	8 158 000	3 018
1994	589 479	526 209	893	157 625	3 419 935	21 700	2 512 859	8 162 472	3 248
1995	487 309	422 451	867	144 000	3 168 000	22 000	2 727 800	8 960 400	3 285
1996	596 125	490 854	823	115 232	2 500 000	21 695	2 463 000	7 911 000	3 212
1997	557 123	475 458	853	144 500	2 600 000	17 993	2 503 003	7 752 217	3 097
1998	564 537	494 556	876	149 934	3 241 800	21 622	2 229 524	7 935 376	3 559
1999	680 317	570 097	838	164 258	3 446 805	20 984	2 520 818	8 777 465	3 482
2000	541 082	500 948	926	182 850	3 779 827	20 672	2 233 858	7 367 262	3 298
2001	428 343	470 214	1 098	172 815	3 614 859	20 918	2 820 597	12 689 549	4 499
2002	526 457	629 059	1 195	142 892	3 463 968	24 242	2 461 816	9 857 504	4 004
2003	544 906	718 084	1 318	108 097	2 476 346	22 909	2 843 704	14 403 495	5 065
2004	503 585	664 333	1 319	150 217	2 956 771	19 683	2 464 652	10 953 869	4 444
2005 <sup>(1)</sup>	432 446	542 347	1 254	205 729	3 967 165	19 283	1 971 747	8 292 554	4 206

ANO	RAMI			SOJA			TRIGO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	6 780	17 000	2 507	2 410 000	5 400 000	2 241	1 440 000	1 350 000	937
1981	7 160	10 164	1 420	2 266 200	4 983 210	2 199	785 000	915 000	1 166
1982	5 818	9 477	1 629	2 100 000	4 200 000	2 000	1 175 000	1 025 000	872
1983	4 670	9 583	2 052	2 022 000	4 315 000	2 134	898 265	1 066 000	1 187
1984	4 495	9 625	2 141	2 177 900	4 121 000	1 892	829 211	1 113 009	1 342
1985	4 887	10 004	2 047	2 196 370	4 413 000	2 009	1 295 548	2 696 023	2 081
1986	5 530	7 000	1 266	1 745 000	2 600 000	1 490	1 947 000	2 950 000	1 115
1987	7 100	15 500	2 183	1 718 000	3 810 000	2 218	1 717 500	3 300 000	1 921
1988	8 162	19 060	2 335	2 123 379	4 771 264	2 247	1 773 797	3 250 000	1 832
1989	8 030	9 193	1 145	2 399 993	5 031 297	2 096	1 829 680	3 207 000	1 753
1990	7 139	10 183	1 426	2 267 638	4 649 752	2 050	1 197 149	1 394 052	1 164
1991	5 595	7 999	1 430	1 972 538	3 531 216	1 790	1 082 358	1 825 959	1 687
1992	5 300	6 500	1 226	1 794 000	3 417 000	1 905	1 220 000	1 600 000	1 311
1993	5 650	7 200	1 548	2 076 000	4 817 000	2 320	696 000	1 023 000	1 470
1994	3 482	3 992	1 146	2 154 077	5 332 893	2 476	599 070	1 012 439	1 690
1995	2 913	2 922	1 003	2 199 720	5 624 440	2 557	579 000	960 000	1 658
1996	2 550	4 970	1 940	2 392 000	6 448 800	2 696	1 024 480	1 977 030	1 930
1997	1 816	3 616	1 991	2 551 651	6 582 273	2 580	899 024	1 629 226	1 812
1998	818	1 615	1 974	2 858 697	7 313 460	2 558	893 302	1 509 420	1 690
1999	465	992	2 133	2 786 857	7 752 472	2 782	707 518	1 446 782	2 045
2000	465	1 006	2 163	2 859 362	7 199 810	2 518	437 761	599 355	1 369
2001	387	865	2 235	2 821 906	8 628 469	3 058	873 465	1 840 114	2 107
2002	470	1 357	2 887	3 316 379	9 565 905	2 884	1 035 501	1 557 547	1 504
2003	539	1 361	2 525	3 653 266	11 018 749	3 016	1 197 192	3 121 534	2 607
2004	539	1 197	2 221	4 007 099	10 221 323	2 551	1 350 196	2 978 109	2 206
2005 <sup>(1)</sup>	539	1 158	2 148	4 129 575	9 468 705	2 293	1 292 721	3 010 605	2 329

FONTES: SEAB/DERAL, IBGE

TABELA 2 - ABATES DE AVES, BOVINOS E SUÍNOS, NO PARANÁ - 1997-2005

PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)			PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)		
	Aves	Bovinos	Suínos		Aves	Bovinos	Suínos
1997	720 154	225 021	189 459	Dezembro	118 106	23 322	25 048
1998	854 517	236 358	193 435	2004 <sup>(1)</sup>	1 557 747	276 806	340 568
1999	957 237	198 873	229 466	Janeiro	121 181	18 728	27 006
2000	1 041 412	181 113	235 315	Fevereiro	110 707	17 839	26 296
2001	1 121 828	197 985	263 451	Março	130 714	21 834	29 479
2002	1 235 681	219 350	333 951	Abril	127 224	21 885	27 522
2003	1 344 398	219 774	359 139	Maió	129 493	23 624	29 508
Janeiro	109 999	15 544	31 393	Junho	130 170	26 308	29 841
Fevereiro	98 465	15 161	28 084	Julho	138 452	22 128	30 029
Março	99 991	16 155	29 054	Agosto	132 983	22 417	28 961
Abril	101 153	17 152	29 714	Setembro	134 141	25 930	28 795
Maió	112 623	17 422	30 246	Outubro	133 126	26 809	26 859
Junho	103 349	15 244	29 913	Novembro	130 394	26 870	28 165
Julho	120 730	15 638	32 243	Dezembro	139 160	22 435	28 106
Agosto	115 940	17 616	30 363	2005 <sup>(1)</sup>	408 205	64 112	81 527
Setembro	121 156	20 834	30 928	Janeiro	138 408	18 246	27 016
Outubro	127 530	24 920	33 913	Fevereiro	128 063	19 364	25 759
Novembro	115 356	20 766	28 242	Março	141 733	26 502	28 752

FONTE: IBGE - Pesquisa Trimestral de Abate de Animais

(1) Resultados preliminares.

TABELA 3 - PRODUÇÃO DE COLHEITADEIRAS E TRATORES, NO PARANÁ - 1976 - JULHO 2005

ANO	PRODUÇÃO (UNIDADES)		ANO	PRODUÇÃO (UNIDADES)	
	Colheitadeiras	Tratores		Colheitadeiras	Tratores
1976	1 515	5 186	Abril	129	956
1977	1 356	8 826	Maió	192	1 040
1978	1 614	9 636	Junho	196	929
1979	1 635	12 575	Julho	220	1 084
1980	1 936	13 482	Agosto	317	1 126
1981	1 954	14 105	Setembro	324	1 063
1982	1 179	6 606	Outubro	395	867
1983	1 079	3 345	Novembro	347	886
1984	1 748	7 921	Dezembro	287	510
1985	2 167	9 728	2004	3 147	10 619
1986	2 029	10 588	Janeiro	198	440
1987	2 121	9 479	Fevereiro	408	694
1988	1 567	8 847	Março	399	896
1989	1 386	6 189	Abril	227	766
1990	885	4 111	Maió	228	795
1991	584	2 677	Junho	213	942
1992	593	2 893	Julho	162	1 182
1993	1 038	4 475	Agosto	242	1 175
1994	1 707	9 011	Setembro	214	1 004
1995	859	5 095	Outubro	301	1 047
1996	897	4 180	Novembro	265	931
1997	1 296	6 062	Dezembro	290	747
1998	1 380	6 025	2005	399	4 507
1999	1 351	4 854	Janeiro	60	246
2000	1 692	6 251	Fevereiro	118	627
2001	2 046	8 307	Março	90	738
2002	2 448	9 752	Abril	34	749
2003	3 112	10 449	Maió	19	686
Janeiro	220	478	Junho	25	910
Fevereiro	238	734	Julho	53	551
Março	247	776			

FONTES: Anfavea, New Holland Latino-Americana Ltda.

TABELA 4 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO FATOR AGREGADO - 1980-2004

ANO	BÁSICOS		INDUSTRIALIZADOS				OPERAÇÕES ESPECIAIS		TOTAL (US\$ mil FOB)
			Semimanufaturados		Manufaturados				
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	
1980	1 525 496	76,47	204 013	10,23	235 955	11,83	29 385	1,47	1 994 849
1981	1 578 294	65,71	250 316	10,42	541 587	22,55	31 827	1,33	2 402 024
1982	1 140 108	68,07	106 669	6,37	409 124	24,43	19 022	1,14	1 674 923
1983	1 012 405	69,20	79 971	5,47	349 526	23,89	21 043	1,44	1 462 945
1984	966 205	52,45	177 247	9,62	671 435	36,45	27 086	1,47	1 841 973
1985	928 902	50,89	175 665	9,62	698 346	38,26	22 551	1,24	1 825 464
1986	688 996	56,59	43 324	3,56	472 821	38,84	12 339	1,01	1 217 480
1987	969 288	59,14	120 707	7,37	533 758	32,57	15 169	0,93	1 638 922
1988	1 167 554	58,21	149 328	7,45	678 177	33,81	10 573	0,53	2 005 632
1989	1 192 665	60,13	178 327	8,99	601 886	30,35	10 462	0,53	1 983 340
1990	1 035 355	55,42	203 537	10,90	618 389	33,10	10 887	0,58	1 868 168
1991	939 248	51,75	179 988	9,96	678 770	37,56	13 223	0,73	1 807 229
1992	1 067 932	50,61	206 642	9,79	822 506	38,98	12 959	0,61	2 110 039
1993	1 191 871	48,04	192 267	7,75	1 081 457	43,59	15 548	0,63	2 481 143
1994	1 459 424	41,62	487 597	13,90	1 538 079	43,86	21 649	0,62	3 506 749
1995	1 439 114	40,34	646 613	18,13	1 463 107	41,01	18 511	0,52	3 567 346
1996	2 081 290	49,02	576 682	13,58	1 562 959	36,81	24 974	0,59	4 245 905
1997	2 524 220	52,01	560 259	11,54	1 740 382	35,86	28 727	0,59	4 853 587
1998	1 918 814	45,38	665 062	15,73	1 614 175	38,18	29 944	0,71	4 227 995
1999	1 735 679	44,14	626 797	15,94	1 528 134	38,86	41 954	1,07	3 932 564
2000	1 661 224	37,82	498 625	11,35	2 156 708	49,10	75 534	1,72	4 392 091
2001	2 280 929	42,89	561 244	10,55	2 414 089	45,40	61 247	1,15	5 317 509
2002	2 383 978	41,82	668 790	11,73	2 574 063	45,16	73 368	1,29	5 700 199
2003	2 984 894	41,73	877 823	12,27	3 212 969	44,92	77 549	1,08	7 153 235
2004 <sup>(1)</sup>	3 908 802	41,60	969 038	10,31	4 428 832	47,13	89 862	0,96	9 396 534

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 5 - COMÉRCIO EXTERIOR PARANAENSE E BRASILEIRO, SEGUNDO PRINCIPAIS MERCADOS - 2003-2004

BLOCOS ECONÔMICOS/ REGIÕES	PARANÁ					BRASIL					PART. PR/BR	
	2004		2003		Variação (%)	2004		2003		Variação (%)	2004 (%)	2003 (%)
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)		US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)			
EXPORTAÇÃO	9 396 534	100,00	7 153 235	100,00	31,36	96 475 220	100,00	73 084 140	100,00	32,01	9,74	9,79
União Européia	2 676 718	28,49	2 148 900	30,04	22,21	24 160 225	25,04	18 461 013	25,26	30,87	11,08	11,64
Ásia (excl. Oriente Médio)	1 857 534	19,77	1 476 765	20,64	25,78	14 563 861	15,10	11 676 286	15,98	24,73	12,75	12,65
Estados Unidos (incl. Porto Rico)	1 288 856	13,72	1 044 913	14,61	20,09	20 341 274	21,08	16 900 223	23,12	20,36	6,34	6,18
Oriente Médio	843 999	8,98	603 960	8,44	41,09	3 687 155	3,82	2 805 864	3,84	31,41	22,89	21,52
Mercosul	830 011	8,83	500 482	7,00	65,84	8 912 111	9,24	5 671 853	7,76	57,13	9,31	8,82
Europa Oriental	369 101	3,93	337 420	4,72	17,34	2 487 768	2,58	2 028 260	2,78	22,66	14,84	16,64
África	330 249	3,51	275 943	3,86	19,68	4 244 927	4,40	2 860 142	3,91	48,42	7,78	9,65
Outros <sup>(1)</sup>	1 200 065	12,77	764 851	10,69	65,80	18 077 899	18,74	12 680 499	17,35	42,56	6,64	6,03
IMPORTAÇÃO	4 026 148	100,00	3 486 062	100,00	15,49	62 789 913	100,00	48 291 040	100,00	30,02	6,41	7,22
União Européia	1 457 077	36,19	1 266 078	36,32	15,09	15 920 303	25,35	13 021 805	26,97	22,26	9,15	9,72
Estados Unidos (incl. Porto Rico)	537 947	13,36	439 786	12,62	22,32	11 510 927	18,33	9 726 104	20,14	18,35	4,67	4,52
Ásia (excl. Oriente Médio)	457 973	11,37	317 890	9,12	44,07	12 278 857	19,56	8 922 678	18,48	37,61	3,73	3,56
Mercosul	442 765	11,00	564 036	16,18	-21,50	6 392 897	10,18	5 684 756	11,77	12,46	6,93	9,92
África	407 563	10,12	369 421	10,60	10,32	6 182 706	9,85	3 277 529	6,79	88,64	6,59	11,27
Europa Oriental	271 064	6,73	181 828	5,22	49,08	1 324 049	2,11	852 596	1,77	55,30	20,47	21,33
Oriente Médio	119 988	2,98	78 568	2,25	52,72	2 303 954	3,67	1 619 163	3,35	42,29	5,21	4,85
Outros <sup>(1)</sup>	331 771	8,24	268 455	7,70	23,59	6 876 220	10,95	5 186 409	10,74	32,58	4,82	5,18

FONTE: MDIC/SECEX/AliceWeb

(1) Inclui provisão de navios e aeronaves.

TABELA 6 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO GRUPOS E SUBGRUPOS DE PRODUTOS - JANEIRO-JULHO 2004-2005

continua

GRUPO / SUBGRUPO	2005		2004		VAR. (%)
	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	
Complexo soja	1 399 725 244	24,75	2 100 299 163	37,44	-33,36
Soja mesmo triturada	613 928 239	10,86	1 032 474 748	18,41	-40,54
Farelo de soja	513 868 022	9,09	686 754 045	12,24	-25,17
Óleo de soja em bruto	194 816 538	3,45	326 048 693	5,81	-40,25
Óleo de soja refinado	77 112 445	1,36	52 958 934	0,94	45,61
Óleo de soja, exceto refinado ou em bruto	-	-	2 062 743	0,04	-100,00
Material de transporte e componentes	1 333 677 519	23,58	802 583 967	14,31	66,17
Automóveis	671 812 867	11,88	317 072 526	5,65	111,88
Motores para automóveis	331 152 371	5,86	279 924 547	4,99	18,30
Tratores	109 374 561	1,93	94 305 517	1,68	15,98
Veículos de carga	96 388 218	1,70	30 163 837	0,54	219,55
Autopeças	68 689 344	1,21	57 631 058	1,03	19,19
Ônibus	29 811 650	0,53	5 114 181	0,09	482,92
Chassis e carroçarias para veículos automóveis	22 726 899	0,40	14 113 457	0,25	61,03
Helicópteros	1 282 019	0,02	872 893	0,02	46,87
Pneumáticos e câmaras de ar	287 959	0,01	399 343	0,01	-27,89
Reboques para transporte de mercadorias	236 765	-	641 826	0,01	-63,11
Trens e materiais para vias férreas	44 651	-	112 492	-	-60,31
Motores e turbinas para aviação	161	-	221	-	-27,15
Motocicletas	-	-	2 200	-	-100,00
Demais materiais de transporte	1 756 124	0,03	2 229 869	0,04	-21,25
Complexo carnes	676 113 548	11,96	520 357 273	9,28	29,93
Carne de frango "in natura"	471 152 436	8,33	362 373 943	6,46	30,02
Carne de suíno "in natura"	96 134 825	1,70	48 071 356	0,86	99,98
Carne de bovino "in natura"	54 144 654	0,96	59 435 596	1,06	-8,90
Carne de peru "in natura"	35 170 154	0,62	30 970 358	0,55	13,56
Carne de frango industrializada	5 596 742	0,10	2 754 164	0,05	103,21
Carne bovina industrializada	494 781	0,01	285 471	0,01	73,32
Demais carnes	13 419 956	0,24	16 466 385	0,29	-18,50
Madeiras e manufaturas de madeira	653 102 151	11,55	644 720 842	11,49	1,30
Madeira compensada ou contraplacada	283 365 004	5,01	315 690 004	5,63	-10,24
Madeira serrada	130 393 916	2,31	105 417 671	1,88	23,69
Obras de marcenaria ou de carpintaria	67 973 721	1,20	63 301 358	1,13	7,38
Painéis de fibras ou de partículas de madeira	45 871 396	0,81	39 754 317	0,71	15,39
Madeira laminada	13 789 646	0,24	11 838 933	0,21	16,48
Demais madeiras e manufaturas de madeira	111 708 468	1,98	108 718 559	1,94	2,75
Máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	305 645 541	5,40	229 381 897	4,09	33,25
Compressores e bombas	124 343 439	2,20	80 385 592	1,43	54,68
Máquinas e aparelhos de uso agrícola, exceto trator	40 787 975	0,72	51 636 658	0,92	-21,01
Refrigeradores e congeladores	35 826 813	0,63	33 801 824	0,60	5,99
Rolamentos e engrenagens	15 613 499	0,28	10 100 977	0,18	54,57
Máquinas e aparelhos de elevação de carga, de carga, etc.	12 595 180	0,22	12 382 765	0,22	1,72
Torneiras e válvulas	7 972 292	0,14	4 423 426	0,08	80,23
Aparelhos de ar condicionado	6 032 527	0,11	3 948 246	0,07	52,79

TABELA 6 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO GRUPOS E SUBGRUPOS DE PRODUTOS - JANEIRO-JULHO 2004-2005

GRUPO / SUBGRUPO	2005		2004		conclusão
	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	VAR. (%)
Máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos (cont.)					
Máquinas e aparelhos para fabr. de pasta celulósica e papel	2 764 654	0,05	1 807 828	0,03	52,93
Aparelhos para filtrar ou depurar	688 903	0,01	1 241 451	0,02	-44,51
Máquinas e aparelhos para encher, fechar, etc. recipientes	683 152	0,01	831 191	0,01	-17,81
Computadores e acessórios	627 799	0,01	1 058 056	0,02	-40,66
Máquinas e aparelhos para trabalhar pedra e minério	175 173	-	179 752	-	-2,55
Laminadores de metais	3 430	-	4 861	-	-29,44
Máquinas e aparelhos de terraplanagem, perfuração	877	-	80 589	-	-98,91
Máquinas de costura	-	-	6 849	-	-100,00
Demais máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	57 529 828	1,02	27 491 832	0,49	109,26
Produtos metalúrgicos	154 713 766	2,74	65 583 648	1,17	135,90
Produtos laminados planos de ferro ou aço	44 778 141	0,79	13 959 364	0,25	220,77
Produtos semimanufaturados de ferro ou aço	43 198 740	0,76	30 023 800	0,54	43,88
Barras, perfis, fios, chapas e tiras, de alumínio	7 040 446	0,12	3 886 277	0,07	81,16
Fio-máquinas e barras de ferro ou aço	1 950 230	0,03	3 420 961	0,06	-42,99
Tubos de ferro fundido, ferro ou aço	367 924	0,01	1 479 303	0,03	-75,13
Ferro fundido bruto e ferro "spiegel" (ferro gusa)	3 046	-	-	-	-
Demais produtos metalúrgicos	57 375 239	1,01	12 813 943	0,23	347,76
Papel e celulose	148 328 559	2,62	124 886 263	2,23	18,77
Papel	147 952 592	2,62	124 881 235	2,23	18,47
Celulose	375 967	0,01	5 028	-	-
Café	124 146 081	2,20	106 492 136	1,90	16,58
Café solúvel	84 821 698	1,50	70 556 457	1,26	20,22
Café cru em grão	39 324 383	0,70	35 935 679	0,64	9,43
Açúcar	123 681 204	2,19	70 397 458	1,25	75,69
Açúcar bruto	120 658 890	2,13	62 085 612	1,11	94,34
Açúcar refinado	3 022 314	0,05	8 311 846	0,15	-63,64
Produtos químicos	117 201 362	2,07	100 598 101	1,79	16,50
Plásticos e suas obras	27 545 147	0,49	19 580 072	0,35	40,68
Produtos químicos orgânicos	26 511 003	0,47	15 279 428	0,27	73,51
Adbos e fertilizantes	21 923 681	0,39	31 613 081	0,56	-30,65
Produtos químicos inorgânicos	8 433 772	0,15	6 448 743	0,11	30,78
Óleos essenciais e resinóides	4 649 746	0,08	2 524 452	0,05	84,19
Extratos tonantes e tintoriais	1 151 590	0,02	1 065 002	0,02	8,13
Produtos farmacêuticos	1 133 416	0,02	616 888	0,01	83,73
Produtos para fotografia	-	-	-	-	-
Demais produtos químicos	25 853 007	0,46	23 470 435	0,42	10,15
Outros grupos de produtos	618 669 296	10,94	844 255 109	15,05	-26,72
TOTAL	5 655 004 271	100,00	5 609 555 857	100,00	0,81

FONTE: MDIC/SECEX

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

TABELA 7 - IMPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO GRUPOS E SUBGRUPOS DE PRODUTOS - JANEIRO - JULHO 2004-2005

continua

GRUPO / SUBGRUPO	2005		2004		VAR. (%)
	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	
Material de transporte e componentes	585 307 957	21,34	391 164 652	17,83	49,63
Autopeças	312 471 317	11,39	229 432 347	10,46	36,19
Motores para veículos	192 166 570	7,01	101 000 683	4,60	90,26
Automóveis	24 962 026	0,91	23 502 509	1,07	6,21
Pneumáticos e câmaras de ar	22 274 812	0,81	9 239 193	0,42	141,09
Helicópteros	11 671 493	0,43	6 356 993	0,29	83,60
Veículos de carga	4 275 778	0,16	2 848 218	0,13	50,12
Motores e turbinas para aviação	691 684	0,03	170 542	0,01	305,58
Tratores	650 587	0,02	652 000	0,03	-0,22
Partes e peças de aviões e helicópteros	475 115	0,02	304 482	0,01	56,04
Chassis e carroçarias para veículos automóveis	308 588	0,01	610 610	0,03	-49,46
Trens e materiais para vias férreas	84 586	-	2 066 490	0,09	-95,91
Aviões	36 000	-	2 796 680	0,13	-98,71
Motocicletas	11 007	-	117 730	0,01	-90,65
Demais materiais de transporte	15 228 394	0,56	12 066 175	0,55	26,21
Produtos químicos	482 566 955	17,60	576 020 203	26,25	-16,22
Adubos e fertilizantes	196 492 065	7,17	346 344 627	15,79	-43,27
Produtos químicos orgânicos	118 968 075	4,34	109 975 689	5,01	8,18
Plásticos e suas obras	84 446 533	3,08	64 602 339	2,94	30,72
Produtos farmacêuticos	21 126 058	0,77	9 730 823	0,44	117,10
Extratos tanantes e tintoriais	11 136 868	0,41	8 399 667	0,38	32,59
Produtos químicos inorgânicos	9 667 952	0,35	10 472 419	0,48	-7,68
Óleos essenciais e resinóides	3 069 984	0,11	2 673 442	0,12	14,83
Produtos para fotografia	1 424 065	0,05	1 115 569	0,05	27,65
Demais produtos químicos	36 235 355	1,32	22 705 628	1,03	59,59
Derivados de petróleo	411 734 348	15,01	208 278 829	9,49	97,68
Óleos brutos de petróleo	405 056 555	14,77	144 620 803	6,59	180,08
Óleos lubrificantes	300 709	0,01	342 751	0,02	-12,27
Gasolina	2 664	-	2 763 133	0,13	-99,90
Óleos e combustíveis	-	-	56 106 098	2,56	-100,00
Demais derivados de petróleo	6 374 420	0,23	4 446 044	0,20	43,37
Máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	390 732 955	14,25	282 764 015	12,89	38,18
Compressores e bombas	93 786 860	3,42	70 389 665	3,21	33,24
Rolamentos e engrenagens	54 478 075	1,99	39 743 272	1,81	37,07
Computadores e acessórios	31 865 935	1,16	12 339 678	0,56	158,24
Torneiras e válvulas	22 479 580	0,82	18 631 258	0,85	20,66
Aparelhos de ar-condicionado	19 056 038	0,69	14 173 119	0,65	34,45
Aparelhos para filtrar ou depurar	13 876 243	0,51	12 591 200	0,57	10,21
Refrigeradores e congeladores	12 495 512	0,46	6 448 752	0,29	93,77
Máquinas e aparelhos para fabr. de pasta celulósica e papel	8 983 881	0,33	3 385 330	0,15	165,38
Máquinas e aparelhos de uso agrícola, exceto trator	7 429 569	0,27	10 995 363	0,50	-32,43
Máquinas e aparelhos de elevação de carga, descarga, etc.	6 084 416	0,22	5 127 169	0,23	18,67
Máquinas e aparelhos para encher, fechar, etc. recipientes	2 570 321	0,09	1 241 083	0,06	107,10
Máquinas e aparelhos de terraplanagem, perfuração	1 002 893	0,04	404	-	-
Máquinas e aparelhos para trabalhar pedra e minério	786 365	0,03	185 727	0,01	323,40
Máquinas de costura	437 088	0,02	243 732	0,01	79,33
Laminadores de metais	67 935	-	57 035	-	19,11
Demais máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	115 332 244	4,21	87 211 228	3,98	32,24

TABELA 7 - IMPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO GRUPOS E SUBGRUPOS DE PRODUTOS - JANEIRO-JULHO 2004-2005

GRUPO / SUBGRUPO	2005		2004		conclusão	
	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	Var. (%)	
Materiais elétricos e eletrônicos	247 037 050	9,01	209 626 836	9,55	17,85	
Aparelhos transmissores e receptores	41 966 324	1,53	45 820 458	2,09	-8,41	
Aparelhos elétricos para telefonia	29 040 074	1,06	28 597 139	1,30	1,55	
Geradores e transformadores, elétricos	27 979 277	1,02	21 052 269	0,96	32,90	
Aparelhos para interrupção, proteção de energia, suas partes	27 955 481	1,02	23 366 549	1,07	19,64	
Fios, cabos e condutores para uso elétrico	9 256 125	0,34	8 385 583	0,38	10,38	
Aparelhos eletro-mecânicos ou térmicos, de uso doméstico	1 386 504	0,05	2 360 878	0,11	-41,27	
Demais materiais elétricos e eletrônicos	109 453 265	3,99	80 043 960	3,65	36,74	
Instrumentos, aparelhos de ótica e de precisão	88 988 003	3,24	57 855 723	2,64	53,81	
Produtos metalúrgicos	88 375 466	3,22	69 079 843	3,15	27,93	
Barras, perfis, fios, chapas e tiras, de alumínio	6 257 535	0,23	5 516 306	0,25	13,44	
Tubos de ferro fundido, ferro ou aço	4 007 574	0,15	3 361 961	0,15	19,20	
Ligas de alumínio	3 374 167	0,12	-	-	-	
Catodos de cobre	3 311 374	0,12	-	-	-	
Produtos laminados planos de ferro ou aço	2 068 130	0,08	3 887 320	0,18	-46,80	
Fio-máquinas e barras de ferro ou aço	700 270	0,03	387 731	0,02	80,61	
Produtos semimanufaturados de ferro ou aço	364 109	0,01	100 800	-	261,22	
Ferro-ligas	-	-	280 966	0,01	-	
Alumínio em bruto	-	-	62	-	-100,00	
Demais produtos metalúrgicos	68 292 307	2,49	55 544 697	2,53	22,95	
Papel e celulose	57 803 815	2,11	52 756 015	2,40	9,57	
Celulose	32 058 229	1,17	24 523 250	1,12	30,73	
Papel	25 745 586	0,94	28 232 765	1,29	-8,81	
Complexo soja	41 753 838	1,52	36 414 624	1,66	14,66	
Soja em grão	41 538 242	1,51	32 651 124	1,49	27,22	
Farelo de soja	215 355	0,01	3 763 500	0,17	-94,28	
Óleo de soja, exceto óleo bruto ou refinado	241	-	-	-	-	
Cereais	35 031 719	1,28	39 071 044	1,78	-10,34	
Produtos têxteis	28 480 049	1,04	46 086 175	2,10	-38,20	
Confecções	16 591 148	0,60	19 200 660	0,88	-13,59	
Fios sintéticos ou artificiais	5 770 304	0,21	8 930 847	0,41	-35,39	
Tecidos de algodão	68 672	-	79 405	-	-13,52	
Sisal em fibras, cordas e cabos	1 308	-	222	-	489,19	
Fios de algodão	292	-	-	-	-	
Demais produtos têxteis	6 048 325	0,22	17 875 041	0,81	-66,16	
Outros grupos de produtos	284 565 763	10,38	224 831 946	10,25	26,57	
<b>TOTAL</b>	<b>2 742 377 918</b>	<b>100,00</b>	<b>2 193 949 905</b>	<b>100,00</b>	<b>25,00</b>	

FONTE: MDIC/SECEX

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

TABELA 8 - BALANÇA COMERCIAL PARANAENSE E BRASILEIRA - 1994-2005

ANO	PARANÁ (US\$ MIL FOB)			BRASIL (US\$ MIL FOB)		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
1994	3 506 749	1 589 440	1 917 309	43 545 167	33 052 686	10 492 481
1995	3 567 346	2 390 291	1 177 055	46 506 281	49 971 895	-3 465 614
1996	4 245 905	2 434 373	1 811 172	47 746 726	53 345 767	-5 599 039
1997	4 853 587	3 306 968	1 547 276	52 990 115	59 747 227	-6 752 887
1998	4 227 995	4 057 589	170 406	51 139 862	57 763 476	-6 623 614
1999	3 932 564	3 699 957	232 607	48 011 444	49 294 639	-1 283 195
2000	4 392 091	4 685 381	-293 290	55 085 595	55 838 590	-752 994
2001	5 317 509	4 929 457	388 052	58 222 642	55 572 176	2 650 436
2002	5 700 199	3 333 800	2 366 386	60 361 786	47 236 751	13 125 034
2003	7 153 235	3 486 062	3 667 173	73 084 140	48 291 040	24 793 100
Janeiro	415 305	231 860	183 445	4 805 211	3 650 242	1 154 969
Fevereiro	405 642	230 993	174 649	5 001 174	3 888 729	1 112 445
Março	530 027	268 307	261 720	5 238 699	3 702 307	1 536 392
Abril	657 474	289 699	367 774	5 710 491	3 988 832	1 721 659
Maio	716 000	269 692	446 307	6 372 184	3 854 472	2 517 712
Junho	630 768	286 868	343 900	5 874 570	3 520 860	2 353 710
Julho	562 814	338 645	224 169	6 104 456	4 049 093	2 055 363
Agosto	830 396	288 783	541 613	6 403 412	3 730 821	2 672 591
Setembro	668 309	320 715	347 594	7 280 148	4 615 865	2 664 283
Outubro	662 857	324 283	338 574	7 565 644	5 030 027	2 535 617
Novembro	519 165	371 923	147 242	5 980 003	4 262 415	1 717 588
Dezembro	554 477	264 293	290 185	6 748 148	3 997 377	2 750 771
2004 <sup>(1)</sup>	9 396 534	4 026 147	5 370 386	96 475 220	62 789 913	33 685 307
Janeiro	507 086	248 412	258 674	5 799 645	4 214 037	1 585 607
Fevereiro	520 516	258 263	262 253	5 721 636	3 752 181	1 969 455
Março	798 144	307 242	490 902	7 926 995	5 344 400	2 582 594
Abril	584 912	257 448	327 463	6 589 499	4 630 089	1 959 409
Maio	832 956	289 296	543 660	7 941 178	4 823 509	3 117 669
Junho	1 484 571	457 224	1 027 347	9 327 515	5 527 117	3 800 397
Julho	881 370	376 206	505 164	8 992 426	5 525 158	3 467 268
Agosto	933 007	388 300	544 707	9 056 464	5 620 947	3 435 517
Setembro	845 966	359 464	486 502	8 922 690	5 751 246	3 171 444
Outubro	715 477	369 013	346 464	8 843 387	5 838 040	3 005 369
Novembro	642 846	312 102	330 744	8 159 287	6 078 801	2 080 464
Dezembro	649 682	403 177	246 505	9 194 498	5 684 386	3 510 112
2005 <sup>(1)</sup>	5 655 004	2 742 377	2 912 626	64 738 496	40 062 513	24 675 982
Janeiro	536 298	397 769	138 529	7 444 140	5 260 095	2 184 084
Fevereiro	601 990	360 504	241 486	7 756 287	4 971 869	2 784 417
Março	858 948	428 488	430 459	9 250 704	5 905 207	3 345 496
Abril	897 454	372 557	523 896	9 201 536	5 330 722	3 870 814
Maio	902 353	442 892	459 460	9 818 442	6 368 978	3 449 464
Junho	921 094	405 114	515 980	10 206 058	6 176 117	4 029 941
Julho	937 866	335 052	602 814	11 061 329	6 049 524	5 011 804

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 9 - ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR (IPC) EM CURITIBA - 1999 - JULHO 2005

PERÍODO	VARIAÇÃO (%)	PERÍODO	VARIAÇÃO (%)
1999	9,52	Fevereiro	0,48
2000	6,23	Março	0,48
2001	5,90	Abril	1,44
2002	12,02	Maio	1,09
2003	6,46	Junho	1,27
Janeiro	1,88	Julho	0,70
Fevereiro	0,61	Agosto	0,87
Março	1,19	Setembro	0,04
Abril	0,87	Outubro	0,60
Maio	0,51	Novembro	0,48
Junho	-0,11	Dezembro	0,79
Julho	0,06	2005	2,65
Agosto	0,43	Janeiro	0,52
Setembro	0,43	Fevereiro	0,02
Outubro	0,26	Março	0,66
Novembro	0,21	Abril	1,14
Dezembro	-0,05	Maio	0,38
2004	10,40	Junho	-0,82
Janeiro	1,72	Julho	0,74

FONTE: IPARDES

TABELA 10 - PRINCIPAIS ÍNDICES NACIONAIS DE PREÇOS - 1980-2005

PERÍODO	VARIÇÃO (%)				
	IPCA	IGP-DI	IGP-M	IPA-DI	INCC
1980	99,25	110,23	...	121,36	113,03
1981	95,62	95,20	...	94,28	86,12
1982	104,80	99,73	...	97,71	108,00
1983	164,01	211,02	...	234,04	148,91
1984	215,26	223,81	...	230,28	213,35
1985	242,23	235,13	...	225,77	283,63
1986	79,66	65,04	...	62,55	81,25
1987	363,41	415,95	...	407,25	416,58
1988	980,21	1 037,53	...	1 050,15	1 060,42
1989	1 972,91	1 782,85	...	1 748,91	2 022,58
1990	1 620,97	1 476,71	1 699,87	1 449,59	1 095,42
1991	472,70	480,23	458,38	471,67	486,30
1992	1 119,10	1 157,84	1 174,67	1 154,31	1 194,59
1993	2 477,15	2 708,17	2 567,34	2 639,47	2 763,41
1994	916,46	1 093,85	1 246,62	1 029,37	1 029,77
1995	22,41	14,77	15,24	6,38	31,48
1996	9,56	9,33	9,19	8,10	9,56
1997	5,22	7,48	7,74	7,80	6,81
1998	1,66	1,71	1,79	1,50	2,76
1999	8,94	19,99	20,10	28,88	9,20
2000	5,97	9,80	9,95	12,06	7,66
2001	7,67	10,40	10,37	11,88	8,85
2002	12,53	26,41	25,30	35,41	12,87
2003	9,30	7,66	8,69	6,27	14,42
Janeiro	2,25	2,17	2,33	2,21	1,51
Fevereiro	1,57	1,59	2,28	1,71	1,39
Março	1,23	1,66	1,53	1,93	1,38
Abril	0,97	0,41	0,92	0,07	0,90
Maio	0,61	-0,67	-0,26	-1,68	2,84
Junho	-0,15	-0,70	-1,00	-1,16	1,05
Julho	0,20	-0,20	-0,42	-0,59	0,99
Agosto	0,34	0,62	0,38	0,7	1,44
Setembro	0,78	1,05	1,18	1,29	0,22
Outubro	0,29	0,44	0,38	0,5	0,65
Novembro	0,34	0,48	0,49	0,46	1,04
Dezembro	0,52	0,60	0,61	0,74	0,16
2004	7,60	12,13	12,42	14,68	11,04
Janeiro	0,76	0,80	0,88	0,75	0,33
Fevereiro	0,61	1,08	0,69	1,42	1,00
Março	0,47	0,93	1,13	1,09	1,16
Abril	0,37	1,15	1,21	1,57	0,59
Maio	0,51	1,46	1,31	1,71	1,83
Junho	0,71	1,29	1,38	1,57	0,70
Julho	0,91	1,14	1,31	1,35	1,12
Agosto	0,69	1,31	1,22	1,59	0,81
Setembro	0,33	0,48	0,69	0,65	0,58
Outubro	0,44	0,53	0,39	0,61	1,19
Novembro	0,69	0,82	0,82	1,00	0,71
Dezembro	0,86	0,52	0,74	0,48	0,51
2005	3,42	1,12	1,41	-0,53	5,67
Janeiro	0,58	0,33	0,39	0,08	0,75
Fevereiro	0,59	0,40	0,30	0,39	0,44
Março	0,61	0,99	0,85	1,14	0,67
Abril	0,87	0,51	0,86	0,33	0,72
Maio	0,49	-0,25	-0,22	-0,98	2,09
Junho	-0,02	-0,45	-0,44	-0,78	0,76
Julho	0,25	-0,40	-0,34	-0,69	0,11

FONTES: IBGE, FGV

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

TABELA 11 - CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA POR CLASSE, NO PARANÁ - 1982 - JULHO 2005

continua

ANO	RESIDENCIAL			INDUSTRIAL			COMERCIAL			RURAL		
	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio
1982	1 299 593	969 291	1,34	3 001 995	17 813	168,53	851 549	128 761	6,61	272 938	84 482	3,23
1983	1 448 654	1 034 511	1,40	3 073 475	17 546	175,17	918 416	132 319	6,94	316 622	98 197	3,22
1984	1 540 255	1 087 628	1,42	3 501 765	17 414	201,09	1 004 286	134 149	7,49	375 082	110 924	3,38
1985	1 664 522	1 160 358	1,43	4 223 948	18 538	227,85	1 082 727	137 975	7,85	455 386	149 948	3,04
1986	1 742 477	1 226 376	1,42	4 344 589	22 414	193,83	1 040 502	147 003	7,08	529 374	180 612	2,93
1987	1 969 469	1 283 301	1,53	4 426 193	23 592	187,61	1 139 754	153 382	7,43	623 808	207 010	3,01
1988	2 131 094	1 352 531	1,58	4 812 478	24 765	194,33	1 198 790	159 021	7,54	666 583	225 616	2,95
1989	2 305 889	1 432 780	1,61	4 943 319	26 844	184,15	1 256 049	167 241	7,51	669 758	232 101	2,89
1990	2 532 547	1 487 769	1,70	4 942 352	28 307	174,60	1 326 884	174 915	7,59	710 262	239 930	2,96
1991	2 728 913	1 564 954	1,74	4 961 887	30 093	164,89	1 410 622	184 105	7,66	770 424	241 854	3,19
1992	2 803 183	1 661 526	1,69	5 277 590	29 719	177,58	1 465 433	189 726	7,72	783 676	242 718	3,23
1993	2 942 026	1 760 153	1,67	5 721 496	31 475	181,78	1 562 062	198 402	7,87	807 335	253 995	3,18
1994	3 083 465	1 850 043	1,67	6 109 250	34 527	174,33	1 644 415	206 957	7,95	849 676	261 024	3,26
1995	3 496 661	1 928 441	1,81	6 319 368	36 322	173,98	1 828 569	215 459	8,48	921 030	264 605	3,48
1996	3 893 958	2 017 401	1,93	6 481 741	39 319	164,85	1 997 484	223 907	8,92	972 044	271 667	3,58
1997	4 070 901	2 087 652	1,95	6 773 231	41 752	162,22	2 164 222	231 472	9,35	1 019 293	273 850	3,72
1998	4 315 128	2 162 281	2,00	7 076 156	43 040	164,41	2 323 067	236 269	9,84	1 053 364	282 738	3,73
1999	4 286 162	2 159 603	1,98	6 237 923	43 090	144,76	2 383 606	235 671	10,11	1 082 043	279 932	3,87
2000	4 447 391	2 226 052	1,99	6 868 185	44 225	155,30	2 562 616	242 115	10,58	1 128 692	286 710	3,93
2001	4 311 700	2 304 333	1,87	7 308 055	45 326	165,25	2 638 769	248 633	10,61	1 137 253	302 767	3,97
2002	4 306 640	2 361 718	1,82	7 554 424	46 383	162,87	2 726 240	252 031	10,82	1 216 176	313 642	3,88
2003	4 381 518	2 428 812	1,80	7 233 321	49 062	147,43	2 863 582	257 408	11,12	1 249 719	321 491	3,89
2004	4 466 727	2 495 584	1,79	7 129 565	50 032	142,50	3 024 575	266 491	11,35	1 320 089	327 097	4,04
Janeiro	378 173	2 436 535	0,16	556 424	49 115	11,33	251 488	257 436	0,98	110 405	322 033	0,34
Fevereiro	378 806	2 441 103	0,16	581 142	49 179	11,82	263 675	257 437	1,02	118 227	322 364	0,37
Março	365 117	2 445 571	0,15	589 574	49 345	11,95	261 910	258 194	1,01	119 872	322 878	0,37
Abril	377 794	2 451 304	0,15	603 454	49 759	12,13	269 830	259 650	1,04	117 588	323 690	0,36
Mai	365 111	2 453 748	0,15	578 101	49 964	11,57	241 660	260 281	0,93	112 623	324 302	0,35
Junho	370 141	2 458 544	0,15	593 255	50 157	11,83	233 695	261 150	0,89	102 731	324 615	0,32
Julho	363 418	2 455 485	0,15	600 371	50 216	11,96	233 007	261 561	0,89	100 732	324 974	0,31
Agosto	368 545	2 468 684	0,15	616 482	49 779	12,38	244 185	263 057	0,93	101 817	325 284	0,31
Setembro	382 677	2 477 008	0,15	616 255	49 703	12,40	259 088	264 163	0,98	106 481	325 893	0,33
Outubro	372 551	2 482 875	0,15	592 172	49 928	11,86	250 273	264 990	0,94	110 266	326 189	0,34
Novembro	373 048	2 490 152	0,15	607 097	50 097	12,12	252 911	265 977	0,95	109 395	326 535	0,34
Dezembro	371 345	2 495 584	0,15	595 238	50 032	11,90	262 853	266 491	0,99	109 951	327 097	0,34
2005												
Janeiro	394 956	2 504 352	0,16	537 608	50 057	10,74	267 640	266 845	1,00	115 872	327 474	0,35
Fevereiro	386 716	2 511 715	0,15	585 022	49 647	11,78	270 417	267 203	1,01	121 246	327 396	0,37
Março	378 044	2 517 373	0,15	604 655	49 712	12,16	283 059	267 366	1,06	125 569	327 773	0,38
Abril	401 834	2 524 113	0,16	544 947	50 058	10,89	296 922	268 038	1,11	128 731	328 270	0,39
Mai	382 122	2 526 452	0,15	524 267	50 792	10,32	264 386	269 504	0,98	119 911	326 887	0,37
Junho	388 876	2 532 626	0,15	521 692	51 110	10,21	261 313	269 911	0,97	112 752	327 973	0,34
Julho	376 876	2 535 122	0,15	513 502	51 284	10,01	248 857	270 491	0,92	108 957	327 392	0,33

TABELA 11 - CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA POR CLASSE, NO PARANÁ - 1982 - JULHO 2005

conclusão

ANO	ILUMINAÇÃO PÚBLICA			SERVIÇOS PÚBLICOS			PRÓPRIO			TOTAL		
	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio
1982	350 752	926	378,78	194 380	1 037	187,44	34 451	1 019	33,81	6 005 658	1 203 329	4,99
1983	366 667	931	393,84	217 676	1 148	189,61	51 427	1 073	47,93	6 392 937	1 285 725	4,97
1984	391 060	957	408,63	239 141	1 240	192,86	62 097	1 113	55,79	7 113 686	1 353 425	5,26
1985	426 117	990	430,42	249 879	1 371	182,26	60 867	1 101	55,28	8 163 344	1 470 281	5,55
1986	404 467	1 019	396,93	258 540	1 515	170,65	67 435	1 154	58,44	8 387 384	1 580 093	5,31
1987	472 246	1 029	458,94	280 669	1 627	172,51	67 805	1 198	56,60	8 979 944	1 671 139	5,37
1988	522 691	1 040	502,59	303 603	1 775	171,04	52 814	1 266	41,72	9 688 053	1 766 014	5,49
1989	542 071	1 029	526,79	311 674	1 862	167,39	53 035	1 302	40,73	10 081 795	1 863 159	5,41
1990	543 225	1 035	524,86	324 304	1 945	166,74	55 626	1 323	42,05	10 435 200	1 935 224	5,39
1991	555 513	1 041	533,63	349 943	2 069	169,14	49 385	1 314	37,58	10 826 687	2 025 430	5,35
1992	569 159	1 054	540,00	364 228	2 175	167,46	48 394	1 290	37,51	11 311 663	2 128 208	5,32
1993	581 418	1 056	550,59	385 049	2 345	164,20	48 830	1 282	38,09	12 048 216	2 248 708	5,36
1994	596 059	1 062	561,26	408 225	2 535	161,04	47 243	1 308	36,12	12 953 312	2 382 031	5,44
1995	617 280	1 066	579,06	432 308	2 695	160,41	50 285	1 368	36,75	13 998 664	2 475 295	5,65
1996	637 700	1 065	598,78	453 092	2 844	159,32	69 251	1 372	50,47	14 866 502	2 583 944	5,75
1997	664 359	2 581	257,40	468 424	2 903	161,36	72 469	1 367	53,01	15 232 899	2 641 577	5,77
1998	679 774	3 094	219,71	492 871	3 091	159,46	58 544	1 329	43,98	15 998 805	2 731 842	5,86
1999	662 423	3 180	208,31	496 069	3 165	156,74	35 725	1 152	31,01	15 203 951	2 725 793	5,58
2000	672 684	3 840	175,17	505 344	3 297	153,27	33 341	1 033	32,27	16 207 304	2 807 270	5,77
2001	675 604	4 133	163,47	518 944	3 346	155,09	27 393	593	26,52	16 617 718	2 909 131	5,71
2002	672 706	4 399	152,92	525 399	3 492	150,46	20 096	582	34,53	17 021 681	2 982 247	5,71
2003	671 510	5 208	128,94	542 456	3 553	152,68	19 608	580	33,81	16 961 714	3 066 114	5,53
2004	685 577	6 667	102,83	551 210	3 619	152,31	21 874	571	38,31	17 199 617	3 150 061	5,46
Janeiro	56 371	5 283	10,67	48 176	3 555	13,55	1 828	579	3,16	1 402 865	3 074 536	0,46
Fevereiro	56 456	5 378	10,50	47 089	3 555	13,25	1 973	580	3,40	1 447 368	3 079 596	0,47
Março	56 250	5 558	10,12	45 960	3 561	12,91	1 846	581	3,18	1 440 529	3 085 688	0,47
Abril	57 532	5 577	10,32	47 351	3 570	13,26	1 968	584	3,37	1 475 517	3 094 134	0,48
Maiο	56 916	5 736	9,92	43 980	3 590	12,25	1 797	583	3,08	1 400 188	3 098 204	0,45
Junho	57 113	5 881	9,71	44 149	3 584	12,32	1 750	585	2,99	1 402 834	3 104 516	0,45
Julho	57 327	5 958	9,62	43 942	3 580	12,27	1 764	584	3,02	1 400 561	3 102 358	0,45
Agosto	57 488	6 175	9,31	45 867	3 598	12,75	1 801	583	3,09	1 436 185	3 117 160	0,46
Setembro	56 990	6 349	8,98	47 445	3 611	13,14	1 853	579	3,20	1 512 137	3 127 306	0,48
Outubro	57 609	6 444	8,94	45 148	3 631	12,43	1 717	579	2,97	1 429 736	3 134 636	0,46
Novembro	57 681	6 579	8,77	45 790	3 633	12,60	1 752	573	3,06	1 447 674	3 143 546	0,46
Dezembro	57 843	6 667	8,68	46 313	3 619	12,80	1 825	571	3,20	1 445 368	3 150 061	0,46
2005												
Janeiro	58 233	6 742	8,64	47 702	3 618	13,18	1 888	573	3,29	1 423 899	3 159 661	0,45
Fevereiro	58 108	6 744	8,62	47 309	3 618	13,08	1 838	572	3,21	1 470 656	3 166 895	0,46
Março	58 109	6 751	8,61	46 112	3 623	12,73	1 919	571	3,36	1 497 467	3 173 169	0,47
Abril	58 362	6 754	8,64	49 596	3 620	13,70	2 092	572	3,66	1 482 484	3 181 425	0,47
Maiο	58 496	6 764	8,65	46 287	3 634	12,74	1 815	572	3,17	1 397 284	3 184 605	0,44
Junho	58 887	6 854	8,59	47 640	3 638	13,10	1 793	574	3,12	1 392 953	3 192 686	0,44
Julho	58 711	6 931	8,47	45 229	3 653	12,38	1 687	569	2,96	1 353 819	3 195 442	0,42

FONTE: Copel

NOTA: A totalização dos dados abrange a distribuição direta de energia, exclusive para os poderes públicos.

TABELA 12 - VENDAS DE COMBUSTÍVEIS, NO PARANÁ - 1999-2005

PERÍODO	VENDAS (m <sup>3</sup> )			
	Óleo Combustível	Gasolina <sup>(1)</sup>	Óleo Diesel	GLP
1999	612 534	1 619 097	2 979 938	847 527
2000	477 237	1 570 286	3 031 864	842 913
2001	408 320	1 477 508	3 229 577	819 977
2002	378 011	1 433 019	3 347 856	784 624
2003	288 062	1 471 381	3 437 857	760 707
2004	190 052	1 580 785	3 600 923	790 619
Janeiro	14 941	127 894	252 124	58 860
Fevereiro	12 690	119 384	264 817	57 378
Março	18 185	132 296	346 547	64 512
Abril	15 605	137 753	325 005	65 531
Maio	14 879	120 190	275 453	67 714
Junho	19 322	120 669	294 582	71 403
Julho	18 630	135 502	311 590	74 441
Agosto	14 836	131 435	348 684	70 303
Setembro	15 980	138 819	328 407	64 501
Outubro	14 676	133 062	307 929	65 160
Novembro	15 051	127 756	280 832	63 902
Dezembro	15 260	155 995	264 953	66 892
2005	82 352	781 540	1 748 415	381 687
Janeiro	13 075	125 718	234 450	58 485
Fevereiro	12 692	124 523	275 158	57 600
Março	14 463	137 161	358 729	63 623
Abril	13 223	130 631	305 754	63 316
Maio	13 515	132 267	287 344	68 231
Junho	15 384	131 240	286 979	70 432

FONTE: ANP

NOTA: Inclui o consumo das companhias distribuidoras.

(1) Não inclui a gasolina de aviação.

TABELA 13 - ÍNDICES DE VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA, NO PARANÁ - 2000-2005

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2003 = 100)											
	2000	2001	2002	2003	2004	jan/04	fev/04	mar/04	abr/04	maio/04	jun/04	jul/04
Combustíveis e lubrificantes	78,08	80,11	93,81	100,00	103,84	97,09	90,40	110,57	106,53	109,65	103,72	111,23
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	112,36	109,77	103,46	100,00	111,47	100,22	100,47	109,47	113,62	106,67	102,65	111,88
Hipermercados e supermercados	111,21	109,32	103,38	100,00	111,52	100,38	100,49	109,48	113,74	106,62	102,52	111,89
Tecidos, vestuário e calçados	107,72	108,87	95,83	100,00	107,38	86,24	82,37	96,11	97,43	136,38	108,33	111,91
Móveis e eletrodomésticos	99,69	95,18	93,66	100,00	129,42	118,40	92,30	109,96	106,99	130,89	125,08	131,49
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	...	...	...	100,00	106,49	101,77	93,22	108,26	106,42	114,07	107,11	105,01
Livros, jornais, revistas e papelaria	...	...	...	100,00	86,81	120,51	110,92	97,00	78,83	86,54	71,40	76,46
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	...	...	...	100,00	97,82	112,64	85,83	116,92	104,35	125,58	111,55	92,00
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	...	...	...	100,00	114,68	100,61	115,32	105,91	111,39	112,41	100,55	101,53
COMÉRCIO VAREJISTA – TOTAL	100,72	99,82	99,14	100,00	111,28	100,67	96,43	108,06	109,22	113,14	105,60	112,67

  

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2003 = 100)											
	ago/04	set/04	out/04	nov/04	dez/04	2005	jan/05	fev/05	mar/05	abr/05	maio/05	jun/05
Combustíveis e lubrificantes	105,08	105,11	104,25	97,72	104,73	...	99,15	90,96	101,90	94,41	103,08	116,49
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	106,72	108,20	118,32	110,30	149,08	...	111,82	92,41	110,81	101,73	97,83	97,25
Hipermercados e supermercados	106,74	108,29	118,46	110,25	149,38	...	112,03	91,81	110,17	100,99	97,05	96,46
Tecidos, vestuário e calçados	98,17	96,98	97,76	101,85	174,99	...	86,03	79,67	93,68	110,86	114,29	98,75
Móveis e eletrodomésticos	127,68	121,86	132,93	133,64	221,82	...	129,78	115,20	131,36	131,83	149,60	144,54
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	105,19	98,37	102,78	105,29	130,35	...	99,44	102,75	120,47	110,57	121,59	121,36
Livros, jornais, revistas e papelaria	76,42	67,92	68,01	73,00	114,65	...	100,53	136,19	98,79	78,73	69,48	65,58
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	89,05	80,43	75,68	96,22	83,56	...	69,72	155,59	173,65	172,54	162,44	192,01
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	100,42	94,63	110,41	115,30	207,72	...	97,88	104,52	140,44	112,03	129,40	125,89
COMÉRCIO VAREJISTA – TOTAL	107,11	106,46	113,71	109,35	152,95	...	107,67	95,11	111,57	105,49	108,22	107,97

FONTE: IBGE – Pesquisa Mensal de Comércio

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

TABELA 14 - PRODUÇÃO FÍSICA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO PARANÁ, SEGUNDO SEÇÕES E ATIVIDADES INDUSTRIAIS - 1991-2005

SEÇÃO/ATIVIDADE <sup>(1)</sup>	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100)																
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	jan/04	fev/04	mar/04
Indústria de transformação	79,4	77,4	86,6	94,5	89,2	92,5	97,7	101,1	99,7	99,0	102,5	100,0	105,7	116,3	98,5	103,6	115,4
Alimentos	78,5	78,2	93,3	93,6	84,2	88,9	85,8	90,6	96,2	93,9	99,3	100,0	104,7	109,8	83,0	84,2	102,6
Bebidas	64,0	51,4	44,3	56,7	74,7	66,2	61,0	62,7	67,6	71,9	91,8	100,0	94,4	98,9	91,3	99,1	104,2
Madeira	60,2	62,0	64,9	62,8	62,0	67,1	65,2	82,7	83,0	85,0	91,0	100,0	113,1	132,0	129,7	111,9	142,6
Celulose, papel e produtos de papel	98,0	95,9	99,1	103,0	101,8	104,6	114,2	113,4	112,9	117,8	104,2	100,0	100,2	104,7	104,3	96,2	101,1
Edição, impressão e reprodução de gravações	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	100,0	133,5	186,5	87,7	171,5	179,9
Refino de petróleo e álcool	76,9	74,1	84,0	94,0	82,6	96,2	96,7	93,0	107,3	102,5	108,7	100,0	99,6	87,7	90,1	89,9	94,9
Outros produtos químicos	61,9	67,5	81,3	94,4	80,7	103,9	110,1	100,1	107,5	117,8	116,4	100,0	105,4	94,4	108,4	93,1	62,1
Borracha e plástico	88,1	82,9	90,5	72,1	70,6	100,7	113,5	111,2	100,0	90,3	90,5	100,0	95,0	99,8	105,0	97,7	105,6
Minerais não metálicos	65,5	64,6	65,0	61,3	70,6	80,2	92,6	87,0	89,8	91,6	92,7	100,0	97,2	91,4	86,1	85,3	94,2
Produtos de metal – excl. máquinas e equip.	151,4	145,9	118,6	127,1	148,3	153,3	151,1	134,2	121,8	98,0	94,9	100,0	98,6	104,3	98,9	99,3	117,9
Máquinas e equipamentos	42,8	36,1	42,9	58,2	63,9	73,3	72,4	63,4	62,7	73,3	80,9	100,0	113,8	138,1	110,9	148,1	161,2
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	115,9	96,6	96,8	116,1	145,4	151,4	191,8	184,8	152,4	265,4	248,1	100,0	97,3	91,2	81,5	81,6	93,9
Veículos automotores	62,3	62,7	91,6	135,3	129,5	84,9	112,8	106,4	79,2	101,8	101,8	100,0	117,3	176,8	130,9	139,3	166,8
Mobiliário	59,9	44,4	53,5	58,1	68,7	91,9	87,8	93,4	98,7	106,2	99,0	100,0	90,7	92,9	71,6	73,8	98,5

  

SEÇÃO/ATIVIDADE <sup>(1)</sup>	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100)															
	abr/04	maio/04	jun/04	jul/04	ago/04	set/04	out/04	nov/04	dez/04	2005	jan/05	fev/05	mar/05	abr/05	maio/05	jun/05
Indústria de transformação	109,1	106,5	102,9	117,1	133,4	139,7	131,2	127,0	111,4	...	109,2	105,4	118,2	113,8	120,7	119,3
Alimentos	114,3	109,0	114,0	124,3	132,7	127,8	118,3	113,5	93,8	...	88,9	81,7	97,0	104,2	115,1	110,8
Bebidas	91,7	78,7	71,3	82,5	89,3	113,3	107,8	120,5	136,7	...	100,5	103,5	113,6	108,0	91,4	88,8
Madeira	135,6	131,3	129,2	133,1	143,6	145,8	137,6	128,4	115,2	...	124,0	108,0	137,1	123,0	121,2	125,7
Celulose, papel e produtos de papel	102,4	111,5	101,6	107,1	103,5	104,3	108,2	106,8	108,7	...	100,8	103,6	106,9	109,5	118,5	113,3
Edição, impressão e reprodução de gravações	123,0	128,6	97,7	110,4	196,2	367,3	282,2	205,4	205,4	...	256,5	177,7	181,0	128,1	183,3	172,4
Refino de petróleo e álcool	91,9	53,9	16,8	76,6	112,0	120,1	110,9	93,2	102,6	...	90,4	70,5	89,7	95,0	100,3	102,9
Outros produtos químicos	70,7	96,4	106,0	88,1	115,7	130,2	124,7	86,5	51,1	...	59,3	71,5	65,0	44,6	57,2	55,2
Borracha e plástico	88,7	94,3	86,6	96,7	106,7	109,2	106,9	103,6	96,7	...	80,7	87,7	92,2	93,6	100,3	98,8
Minerais não metálicos	87,3	89,4	88,4	97,7	99,3	95,5	89,0	94,3	90,0	...	87,6	90,4	99,6	95,7	95,0	95,8
Produtos de metal – excl. máquinas e equip.	99,7	106,6	109,6	112,8	119,4	103,1	104,6	97,1	82,4	...	92,9	93,5	105,2	107,5	104,3	101,3
Máquinas e equipamentos	122,8	117,4	117,3	119,6	149,6	150,0	157,3	148,9	153,9	...	128,6	153,8	145,8	122,0	134,0	112,1
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	92,6	100,9	91,5	111,8	91,8	94,0	85,0	84,6	85,2	...	94,6	103,5	107,4	94,4	107,2	106,3
Veículos automotores	155,6	165,0	188,6	212,0	218,0	190,4	182,2	211,9	160,7	...	177,2	190,8	228,4	230,6	215,3	239,6
Mobiliário	85,4	93,1	92,1	90,1	96,2	102,4	99,2	113,4	99,2	...	78,2	76,7	95,4	89,9	93,6	86,4

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Somente as atividades que apresentam produtos incluídos na amostra.

TABELA 15 - PESSOAL OCUPADO ASSALARIADO NA INDÚSTRIA PARANAENSE, SEGUNDO SEÇÕES E DIVISÕES DA CNAE - 2001-2005

SEÇÃO/DIVISÃO	ÍNDICE (base: 2001 = 100)											
	2001	2002	2003	2004	Jan/04	Fev/04	Mar/04	Abr/04	Mai/04	Jun/04	Jul/04	Ago/04
Indústria geral	100,00	100,22	102,65	106,86	102,04	102,11	102,97	105,31	107,63	108,34	107,43	108,89
Indústrias extrativas	100,00	96,26	91,98	83,99	84,30	85,40	86,21	86,90	87,85	87,59	81,78	82,72
Indústria de transformação	100,00	100,27	102,78	107,14	102,24	102,30	103,16	105,53	107,87	108,59	107,75	109,22
Alimentos e bebidas	100,00	108,69	119,34	125,33	120,01	118,61	120,70	123,00	123,88	123,39	122,71	126,53
Fumo	100,00	94,35	86,70	106,92	68,69	184,90	189,25	235,62	222,87	53,33	52,74	53,62
Têxtil	100,00	100,60	95,15	93,80	92,42	95,25	98,01	95,44	95,08	94,50	94,06	93,78
Vestuário	100,00	110,60	120,82	138,58	120,73	118,20	118,69	131,57	140,91	142,76	145,06	147,46
Calçados e couro	100,00	92,12	83,03	75,78	76,47	74,65	69,70	71,73	72,48	73,22	76,77	80,98
Madeira	100,00	90,52	87,71	89,81	86,56	88,25	90,99	91,86	90,66	90,62	91,24	91,69
Papel e gráfica	100,00	102,00	112,58	116,13	116,62	116,82	115,00	115,09	114,35	115,30	114,68	115,59
Refino de petróleo e combustíveis	100,00	107,12	148,91	153,74	96,31	97,42	105,34	128,15	180,68	185,61	185,11	183,67
Produtos químicos	100,00	96,83	87,29	86,40	81,39	84,09	84,29	85,45	87,23	90,41	87,16	85,49
Borracha e plástico	100,00	103,79	92,86	91,25	87,14	88,14	87,42	89,46	90,27	90,27	92,36	94,06
Minerais não-metálicos	100,00	110,98	108,27	111,57	104,62	107,41	105,28	114,83	113,53	115,86	112,96	114,61
Metalurgia básica	100,00	84,00	76,32	72,92	74,93	75,17	74,43	71,33	70,51	70,13	71,82	72,10
Produtos de metal <sup>(1)</sup>	100,00	94,47	96,42	95,87	96,41	96,39	96,51	97,72	96,89	96,98	90,45	95,80
Máquinas e equipamentos <sup>(2)</sup>	100,00	110,52	124,33	136,63	139,35	135,85	137,77	136,79	136,96	137,72	134,21	134,20
Máquinas e aparelhos elétricos <sup>(3)</sup>	100,00	101,98	92,26	86,33	87,01	87,66	87,86	85,85	91,24	90,77	83,67	82,95
Fabricação de meios de transporte	100,00	90,93	96,31	104,83	97,54	98,14	98,33	99,79	102,61	107,07	106,96	107,22
Fabricação de outros produtos	100,00	81,57	71,71	75,17	75,62	74,50	74,38	72,61	75,82	77,49	76,74	76,88

SEÇÃO/DIVISÃO	ÍNDICE (base: 2001=100)											
	Set/04	Out/04	Nov/04	Dez/04	2005	Jan/05	Fev/05	Mar/05	Abr/05	Mai/05	Jun/05	
Indústria geral	109,27	109,75	110,56	107,97	...	108,20	108,46	108,93	109,57	110,88	109,60	
Indústrias extrativas	83,24	82,08	80,55	79,30	...	78,44	78,49	80,00	78,75	78,08	74,38	
Indústria de transformação	109,60	110,10	110,94	108,33	...	108,58	108,84	109,30	109,97	111,30	110,05	
Alimentos e bebidas	128,88	130,37	133,23	132,65	...	138,94	139,88	140,41	143,89	145,81	147,56	
Fumo	54,49	54,19	55,36	57,97	...	111,31	214,24	333,00	420,10	408,45	91,75	
Têxtil	93,75	91,62	91,82	89,90	...	93,14	93,63	93,56	94,21	94,55	93,07	
Vestuário	147,47	151,78	151,80	146,53	...	148,11	145,53	143,76	143,07	146,97	148,43	
Calçados e couro	79,83	79,25	77,54	76,77	...	80,75	81,13	82,17	79,24	87,14	91,91	
Madeira	90,68	88,85	89,54	86,82	...	77,41	78,03	77,73	73,81	72,02	67,57	
Papel e gráfica	117,47	117,58	117,84	117,16	...	117,30	116,32	116,44	117,61	118,84	117,28	
Refino de petróleo e combustíveis	184,77	183,86	181,17	132,82	...	149,06	142,57	152,39	211,06	251,39	250,67	
Produtos químicos	87,08	90,12	88,61	85,50	...	83,61	83,36	83,20	83,26	83,17	82,19	
Borracha e plástico	94,16	93,74	94,20	93,77	...	90,11	91,64	91,49	91,08	92,89	93,15	
Minerais não-metálicos	111,05	110,43	111,81	116,47	...	123,97	125,43	123,77	124,10	126,33	124,29	
Metalurgia básica	75,55	72,87	73,07	73,17	...	86,17	83,63	83,48	82,99	82,25	81,13	
Produtos de metal <sup>(1)</sup>	94,79	94,59	98,46	95,46	...	96,88	97,01	98,33	95,28	97,29	96,89	
Máquinas e equipamentos <sup>(2)</sup>	135,47	138,32	139,31	133,60	...	138,81	140,86	141,65	141,11	141,18	141,76	
Máquinas e aparelhos elétricos <sup>(3)</sup>	84,38	85,03	85,04	84,50	...	90,56	93,63	94,85	98,95	99,08	97,37	
Fabricação de meios de transporte	107,90	110,09	110,82	111,51	...	111,37	113,18	113,44	113,53	113,73	113,33	
Fabricação de outros produtos	75,91	75,34	74,74	72,04	...	66,99	65,71	68,11	67,84	66,86	62,70	

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Não inclui máquinas e equipamentos.

(2) Não inclui máquinas e equipamentos elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicações.

(3) Inclui também máquinas e aparelhos eletrônicos, de precisão e de comunicações.

TABELA 16 – SALDO DO EMPREGO FORMAL NO PARANÁ<sup>(1)</sup> - 1995-2005

ANO	SETORES (número de vagas)						Total
	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Outros/Ignorado	
1995	-15 192	-2 923	-6 410	602	-1 448	44	-25 327
1996	-7 081	-2 096	-6 691	-16 109	-793	-35	-32 805
1997	4 464	278	6 529	-2 100	-1 000	-708	7 463
1998	-16 127	-3 658	-7 332	-4 695	-3 634	-211	-35 657
1999	3 137	-10 241	582	-1 295	-8 646	-186	-16 649
2000	8 475	-18	7 548	13 733	-1 866	271	28 143
2001	22 087	-6 701	14 536	22 888	1 026	21	53 857
2002	24 035	-1 376	21 872	14 299	-241	-	58 589
2003	18 066	-3 903	24 774	17 345	6 075	13	62 370
2004	49 092	1 417	35 049	30 151	6 938	1	122 648
Janeiro	1 699	828	768	2 489	374	-	6 158
Fevereiro	4 276	-100	3 492	4 389	-302	-	11 755
Março	8 436	-16	3 395	3 389	1 806	-	17 010
Abril	11 360	-310	2 274	3 855	5 271	-	22 450
Mai	9 842	1 745	3 318	4 859	5 337	-	25 101
Junho	4 556	-173	2 769	3 048	1 866	-	12 066
Julho	4 240	-337	3 145	3 949	774	-	11 771
Agosto	6 616	1 438	4 969	5 167	762	-	18 952
Setembro	6 281	421	2 731	3 032	481	-	12 946
Outubro	4 274	369	3 539	2 029	-32	2	10 181
Novembro	-939	-675	5 617	1 859	-286	-1	5 575
Dezembro	-11 549	-1 173	-968	-7 914	-9 113	-	-31 317
2005	25 387	2 368	13 932	26 903	10 617	2	79 209
Janeiro	987	300	1 252	2 911	-2 251	1	3 200
Fevereiro	1 732	414	1 498	5 713	-210	-	9 147
Março	5 709	434	1 826	4 788	2 772	-	15 529
Abril	12 495	274	2 934	3 118	5 257	-	24 078
Mai	4 070	939	2 528	4 093	4 044	-	15 674
Junho	143	-16	2 038	3 856	929	-	6 950
Julho	251	23	1 856	2 424	76	1	4 631

FONTE: CAGED – MTE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

- Dado inexistente.

(1) Levantamento financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

TABELA 17 - TAXA DE DESEMPREGO NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA -  
DEZ 2002 – JULHO 2005

PERÍODO	TAXA DE DESEMPREGO (%) <sup>(1)</sup>
2002	
Dezembro	6,4
2003	
Janeiro	7,8
Fevereiro	9,0
Março	10,0
Abril	9,6
Maiο	10,2
Junho	10,2
Julho	10,3
Agosto	8,4
Setembro	8,4
Outubro	8,5
Novembro	8,0
Dezembro	6,5
2004	
Janeiro	7,1
Fevereiro	7,5
Março	8,9
Abril	8,2
Maiο	8,4
Junho	8,7
Julho	8,9
Agosto	8,2
Setembro	7,9
Outubro	8,4
Novembro	8,0
Dezembro	7,2
2005	
Janeiro	7,7
Fevereiro	8,7
Março	8,5
Abril	8,2
Maiο	8,1
Junho	7,9
Julho	7,6

FORTE: PME-IPARDES/IBGE

NOTA: A taxa de desemprego é denominada pelo IBGE como taxa de desocupação.

(1) Período de referência de procura do trabalho: 30 dias.

TABELA 18 - PRODUTO INTERNO BRUTO DO PARANÁ E DO BRASIL - 1995-2004

ANO	PARANÁ		BRASIL	
	Valor (R\$ milhão) <sup>(1)</sup>	Varição Real (%)	Valor (R\$ milhão) <sup>(1)</sup>	Varição Real (%)
1995	38 369	1,78	646 192	4,22
1996	47 720	7,24	778 887	2,66
1997	52 849	0,89	870 743	3,27
1998	56 798	5,30	914 188	0,13
1999	61 724	2,32	973 846	0,79
2000	65 969	5,06	1 101 255	4,36
2001	72 770	4,59	1 198 736	1,31
2002	81 449	1,70	1 346 028	1,93
2003 <sup>(2)</sup>	96 663	3,80	1 556 182	0,54
2004 <sup>(2)</sup>	...	2,4	1 766 621	4,94

FONTES: IPARDES, IBGE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Preços correntes.

(2) Estimativa.